



Anais da Assembléia

Nº 71

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1983

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Erondy Silvério e Sérgio Spada.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Bufara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o n.º 339/83, da Senhora MARLISE DA CRUZ FERREIRA DE OLIVEIRA — Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, encaminhando cópia do Requerimento n.º 554/83, de autoria dos ilustres Vereadores daquela Casa, os quais manifestam voto de repúdio em razão da justificativa apresentada pelo Senador ALMIR PINTO, do PDS do Ceará, ao exarar parecer na Emenda Constitucional que “assegura o direito da inviolabilidade aos Vereadores, esclarecendo que as Câmaras Municipais, não constituem o Parlamento e que considera-se como simples órgão deliberativo.” — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 421.p., do Senhor Deputado JUAREZ MAGALHÃES, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, o qual encaminha propositura n.º 1159 e 1183, de autoria dos nobres Deputados LÍNIO DE PAIVA, SÉRGIO CAIADO e VILMAR ROCHA, os quais solicitam um reestudo ao Projeto de Lei n.º 6.717/82, de autoria do nobre Senador JOSÉ LINS, que tenta regulamentar o exercício profissional dos Biomédicos. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 212/83-DIR., do Senhor Doutor ANTÔNIO CARLOS MIRA — Presidente do Conselho Regional de Far-

mácia do Paraná - CRF-9, o qual agradece o apoio recebido pela rejeição do Projeto de Lei n.º 6.717/82, referente aos Biomédicos, bem como pelo pronunciamento proferido nesta Casa Legislativa, em favor da Classe Farmacêutica. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º OD-505/83, do Senhor HORÁCIO GUAGLIA-RIELLO FILHO — Presidente da Câmara Municipal de Carazinho no Estado do Rio Grande do Sul, que em atenção a proposição dos Vereadores da Bancada do PDS, solicitam medidas urgentes de apoio às pequenas e médias empresas, que são as grandes geradoras de emprego no País, face ao seu grande número, se comparadas com as empresas de grande porte, e que se acham asfixiadas pela falta de recursos financeiros, não podendo se abastecer do crédito bancário face ao seu alto custo. Entre outras medidas, sugerem as seguintes:

1 — Revogação do Parecer Normativo n.º 164/71, de 1.º de março de 1971, que classifica totalmente na Cédula B para fins de Imposto de Renda os rendimentos pagos a sócios, acionistas, diretores ou administradores de empresas que emprestaram numerário a pessoa jurídica a que estejam vinculados, permitindo-se que a correção monetária, em índice igual aos da ORTN sejam classificados como rendimento não tributáveis, e que somente parcelas acima dessa correção sejam classificadas na Cédula B. Esta medida fará com que muitas pessoas físicas coloquem recursos adicionais em suas empresas, gerando mais produção e conseqüentemente mais emprego.

2 — Que os recursos destinados às pequenas e médias empresas a taxas subsidiadas, sejam obrigatoriamente aplicados pelos Bancos e Instituições Financeiras proporcionalmente a localização das mesmas, Capital e Interior, pois é notório que a grande massa desses recursos ficam para empresas localizadas nas Capitais dos Estados, e só pequenas parcelas chegam ao interior. Se esses recursos chegassem ao interior, muitos empregos a mais seriam gerados, e isso evitaria o êxodo do interior para as Capitais.

3 — Que o Imposto de Renda seja considerado como despesa operacional e como tal contabilizado pelas pequenas e médias empresas, favorecendo assim sua auto capitalização.

4 — Que não haja incidência do ICM sobre o valor financiado pela própria empresa a seus clientes, pois isso faria com que àquelas empresas que dispusessem de recursos próprios os utilizassem de forma produtiva e não em aplicações do mercado aberto, pois na atual situação uma empresa não tem vantagem alguma em financiar diretamente seus clientes, pois o ICM, PIS e FINSOCIAL, sobrecarregam muito esse financiamento, e o dinheiro acaba desviado do processo produtivo. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor FRANCISCO ZAGO, ocorrido na cidade de São Jorge do Ivaí, deste Estado.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva prestar uma justa homenagem a um dos mais eminentes pioneiros do Município de São Jorge do Ivaí.

Exemplar chefe de família, agricultor, o extinto honrou sua existência marcada pelo trabalho e honradez.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 12/83, por cinco (05) sessões, para ouvir o Diretor do Departamento da Previdência do IPE.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(aa) GILBERTO CARVALHO
NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a anulação das Proposições de n.ºs 74/82, 32/83, 41/83 e 61/83, à Proposição de n.º 110/82, em tramitação nesta Casa.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno, REQUEREM, ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão Especial Interpartidária de Deputados composta de cinco (05) membros, com o fim específico de analisar, com a Reitoria da Universidade Católica do Paraná, e com o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica do Paraná, a problemática da cobrança, à vista e antecipada, das semestralidades, fato que está afligindo a comunidade universitária, com graves prejuízos para o ensino e reflexos negativos para a sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(aa) ADAHIL SPRENGER PASSOS
SÉRGIO SPADA
CAITO QUINTANA
ORLANDO PESSUTI
NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, voto de congratulações aos Prefeitos de Londrina, Ibiporã e Jataizinho pelo lançamento do Pró-Tibagi.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

No último dia 17, com a presença de representantes de dezenas de municípios e órgãos estaduais, realizou-se na cidade de Jataizinho o lançamento do plano de recuperação e preservação da bacia hidrográfica do Rio Tibagi.

A recuperação de um rio como o Tibagi é um desafio. Implica na restauração da qualidade do solo, de sua fertilidade, na elevação da qualidade de vida da população rural e dos núcleos urbanos, na busca do bem-estar e elevação segura do padrão social dos milhares de habitantes da bacia.

A iniciativa dos três Prefeitos está consagrada de antemão, pois seu primeiro passo, no lançamento da idéia, evitou-se o caráter meramente festivo e desenvolveu-se em ambiente de trabalho. Tanto é verdade que se elegeu uma coordenação do Pró-Tibagi, que dentro de sessenta dias encarregar-se-á de elaborar um plano de ação para recuperação e preservação do Rio Tibagi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Digníssimo Dr. Deni Lineu Schwartz, no sentido de envidar esforços junto ao Ministério dos Transportes - DNER, para que juntamente com essa Secretaria (DER), estabeleçam um plano de ação conjunta visando a imediata recuperação das estradas do Vale da Ribeira, em especial a BR-476 (Curitiba-Adrianópolis), e a Rodovia dos Minérios (trecho compreendido entre Rio Branco do Sul e Cerro Azul), que se encontram em situação precária de tráfego, resultante do elevado índice pluviométrico registrado na Região do Vale da Ribeira.

Outrossim, importante ressaltar, a grande disponibilidade de matérias-primas apropriadas para o emprego em obras viárias, ao longo das rodovias da região com reflexos para os programas de conservação da malha viária de todo o Estado, bem como da disponibilidade de mão-de-obra local, fatos que determinam a urgência para as obras de melhoramentos que se fazem necessárias e que ora são solicitadas.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

JUSTIFICATIVA:

A região do Vale da Ribeira, principalmente os municípios de Adrianópolis e Cerro Azul, é uma das mais deprimidas do Estado.

A mineração, é a principal atividade econômica desenvolvida na região e, conseqüentemente, a principal empregadora de mão-de-obra.

Chumbo, prata e fluorita são os principais minérios produzidos e/ou pesquisados na região. As Minas do Perau, Barreira, Rocha, Paqueiro e Sete Barras, são as mais importantes.

As principais vias de acesso às cidades são a Estrada da Ribeira (BR-476) - Curitiba-Adrianópolis — e a Rodovia dos Minérios — trecho entre Rio Branco do Sul e Cerro Azul. Em épocas normais, as condições de acesso a essas cidades já são bastante precárias. A situação atual é simplesmente dramática.

Os acessos principais (BR-476 e Rodovia dos Minérios) estão em precaríssimas condições, com vários trechos interrompidos por desabamentos e escorregamentos de encostas (queda de barreiras). Todos os acessos locais estão praticamente interrompidos (desabamentos, destruição de pontes e pontilhões, deslizamentos etc.). Fato mais grave é o isolamento dos locais de produção (minas), o que está determinando paralisação das atividades por tempo indeterminado.

Está previsto um tempo mínimo de dois meses para a normalização das condições de acesso, se não houver mais chuvas e se ocorrer uma ajuda estadual e federal, vez que as prefeituras e os mineradores são impotentes para resolver o problema por seus próprios meios.

A paralisação das atividades de mineração acarreta graves problemas sociais, com as inevitáveis demissões de mineiros, e econômicos para o Estado.

A MINEROPAR, principal órgão do Estado para o setor mineral, tem recebido apelos dramáticos de Prefeituras e empresários de mineração locais e sente-se no dever de alertar as autoridades governamentais — estaduais e federais — para a gravidade da situação e para as conseqüências que ela pode acarretar, caso não sejam tomadas providências imediatas.

Chama-se a atenção para a necessidade de definição de atribuições com a referência a conservação e manutenção da BR-476 (Estrada da Ribeira), incluída no Plano Rodoviário Federal, portanto sob a jurisdição do DNER, não estando recebendo desse órgão os cuidados mínimos e os melhoramentos necessários.

Estranha-se o manifesto desinteresse das autoridades federais para com a BR-476, uma vez que ela se constitui numa alternativa factível à BR-116, também sujeita a constantes interrupções.

Completando o quadro dramático, lamentavelmente, a Região do Vale da Ribeira, uma das principais produtoras de chumbo do Brasil — contribuindo com cerca de trinta por cento da produção nacional — foi prejudicada, assim como o próprio Estado do Paraná, com a recente Resolução n.º 822 do Conselho Monetário Nacional que autoriza e oferece facilidades tributárias para a importação de chumbo. Esse procedimento inviabilizou a implantação de programas visando a expansão da produção de chumbo da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, solicitando em caráter de urgência, a reestruturação do escritório regional da PARANATUR em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que consta do plano de metas da PARANATUR um conjunto de providências e realizações em benefício de Foz do Iguaçu e região, incluindo uma série de promoções voltadas para o incremento do turismo. E entendemos que estas metas só serão atingidas se o escritório regional da PARANATUR contar com a necessária infra-estrutura material e humana para implementar o serviço de informações turísticas e atender as necessidades da região, em contato permanente com a classe hoteleira e autoridades municipais interessadas, possibilitando o rápido atendimento de suas reivindicações, destacando-se a viabilização do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu. Por estas razões, apelamos a Sua Excelência o Senhor Governador, para que atenda a presente solicitação com a máxima urgência, pois assim procedendo Sua Excelência estará impulsionando o desenvolvimento da indústria do turismo no Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Deputado Federal Aroldo Moleta, Digníssimo Coordenador da Bancada do PMDB no Congresso Nacional, no sentido de envidar esforços junto ao Ministério dos Transportes - DNER, para que juntamente com a Secretaria de Transportes do Paraná - DER, estabeleçam um plano de ação conjunta visando a imediata recuperação das estradas do Vale da Ribeira, em especial a BR-476 (Curitiba-Adrianópolis), e a Rodovia dos Minérios (trecho compreendido entre Rio Branco do Sul e Cerro Azul), que se encontram em situação precária de tráfego, resultante do elevado índice pluviométrico registrado na Região do Vale da Ribeira.

Outrossim, importante ressaltar, a grande disponibilidade de matérias-primas apropriadas para o emprego em obras viárias, ao longo das rodovias da região com reflexos para os programas de conservação da malha viária de todo o Estado, bem como da disponibilidade de mão-de-obra local, fatos que determinam a urgência para as obras de melhoramentos que se fazem necessárias e que ora são solicitadas.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) ADAHIL SPRENGER PASSOS

JUSTIFICATIVA:

A região do Vale do Ribeira, principalmente os Municípios de Adrianópolis e Cerro Azul, é uma das mais deprimidas

do Estado.

A Mineração, é a principal atividade econômica desenvolvida na região e, conseqüentemente, a principal empregadora de mão-de-obra.

Chumbo, prata e fluorita são os principais minérios produzidos e/ou pesquisados na região. As Minas de Perau, Barreira, Rocha, Paqueiro e Sete Barras, são as mais importantes.

As principais vias de acesso às cidades são a Estrada da Ribeira (BR-476) — Curitiba-Adrianópolis — e a Rodovia dos Minérios — trecho entre Rio Branco do Sul e Cerro Azul. Em épocas normais, as condições de acesso a essas cidades já são bastante precárias. A situação atual é simplesmente dramática.

Os acessos principais (BR-476 e Rodovia dos Minérios) estão em precaríssimas condições, com vários trechos interrompidos por desabamentos e escorregamentos de encostas (queda de barreiras). Todos os acessos locais estão praticamente interrompidos (desabamentos, destruição de pontes e pontilhões, deslizamentos etc.). Fato mais grave é o isolamento dos locais de produção (minas), o que está determinando paralisação das atividades por tempo indeterminado.

Está previsto um tempo mínimo de dois meses para a normalização das condições de acesso, se não houver mais chuvas e se ocorrer uma ajuda estadual e federal, vez que as prefeituras e os mineradores são impotentes para resolver o problema por seus próprios meios.

A paralisação das atividades de mineração acarreta graves problemas sociais, com as inevitáveis demissões de mineiros, e econômicos para o Estado.

A MINEROPAR, principal órgão do Estado para o setor mineral, tem recebido apelos dramáticos de Prefeituras e empresários de mineração locais e sente-se no dever de alertar as autoridades governamentais — estaduais e federais — para a gravidade da situação e para as conseqüências que ela pode acarretar, caso não sejam tomadas providências imediatas.

Chama-se a atenção para a necessidade de definição de atribuições com a referência a conservação e manutenção da BR-476 (Estrada da Ribeira), incluída no Plano Rodoviário Federal, portanto sob a jurisdição do DNER, não estando recebendo desse órgão os cuidados mínimos e os melhoramentos necessários.

Por outro lado, o DER sente-se desobrigado de assumir a responsabilidade pela manutenção e conservação da referida estrada, tendo em vista a jurisdição federal.

Estranha-se o manifesto desinteresse das autoridades federais para com a BR-476, uma vez que ela se constitui numa alternativa factível à BR-116, também sujeita a constantes interrupções.

Completando o quadro dramático, lamentavelmente, a Região do Vale da Ribeira, uma das principais produtoras de chumbo do Brasil — contribuindo com cerca de trinta por cento da produção nacional — foi prejudicada, assim como o próprio Estado do Paraná, com a recente Resolução n.º 822 do Conselho Monetário Nacional que autoriza e oferece facilidades tributárias para a importação de chumbo. Esse procedimento inviabilizou a implantação de programas visando a expansão da produção de chumbo na região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes DENI LINEU SCHWARTZ, onde propõe a criação do Programa de Apoio ao Agricultor - PROA.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) EDGAR PIMENTAL

JUSTIFICATIVA:

No programa, é sugerida a utilização de equipamentos do

DER (patrolas, tratores, pás carregadeiras etc), na restauração das estradas vicinais, recuperação de pontes e aterros que dão acesso às propriedades dos produtores rurais.

Na sua opinião, a medida está perfeitamente ao alcance da Secretaria dos Transportes "e trará grandes benefícios ao meio rural, assolado pelas chuvas recentes e terá um caráter social de reconhecido valor".

Através de seus Sindicatos e Cooperativas, os agricultores têm manifestado seus anseios ao Deputado, no sentido de que medidas desta natureza sejam agilizadas pelo governo do Estado.

"A implementação do PROA beneficiará a economia do Paraná, privilegiando nossos produtores rurais, uma vez que o escoamento da produção agrícola se dará mais rapidamente". A seu ver, estas providências criarão novos empregos momentaneamente nas regiões do Interior, "trazendo reflexos positivos à nossa economia".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos que este subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUER ao Excelentíssimo Senhor Trajano Bastos, Digníssimo Deputado Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, ouvido o Plenário, a constituição de Comissão Externa, composta por três Senhores Deputados, nomeados por essa Presidência, para representar a Assembléia Legislativa nos atos comemorativos do 28.º Ano de Fundação de Umuarama a serem desenvolvidos durante os dias 24, 25 e 26 de junho de 1983, segundo a programação constante do convite anexo.

A presença, por representação, desta Assembléia, nos festejos comemorativos de Umuarama, estreitarão ainda mais os laços de convivência político-administrativa existentes entre o Poder Legislativo Estadual e aquele importante Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, de acordo com o manifesto desejo da Associação dos Promotores Públicos do Estado do Paraná, solicitando-lhe que todas as gestões a nível administrativo, visando restituir à classe dos Promotores Públicos igualdade de vencimentos com relação aos dos Juizes de Direito do Estado do Paraná, prerrogativa esta de que já eram titulares os integrantes do Ministério Público.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Os promotores estão descontentes e com inteira justiça, por lhes ter sido arrebatado um direito já consagrado pela praxe da estrutura estatal que lhes assiste, qual seja o de perceber vencimentos em nível idêntico aos concedidos aos juizes de Direito. Embora este desnível tenha como fonte originária a esfera federal, pode ser corrigido pelo Governo do Estado. Dada a operosidade do Ministério Público paranaense que, além das atribuições que lhes são inerentes por dever de ofício, estão sendo convocados a prestar assistência judiciária gratuita devido à extinção das Subprocuradorias Regionais, é de bom alvitre restituir aos Promotores um direito que já fora deles.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando-

-lhe que determine imediatas providências relativamente à extinção de jornada semanal de trabalho de trinta horas, ora vigente para centenas de funcionários lotados na mencionada Secretaria, e implantação de jornada única de quarenta horas de trabalho por semana.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Segundo alegações de comissão de funcionários lotados na Secretaria de Transportes, que afirmaram estar representando mais de oitocentos trabalhadores, ainda não se extinguiu uma prática antiga de se exigir até mesmo mais de quarenta horas semanais de trabalho de operários, motoristas e operadores de máquinas, em troca de remuneração por apenas trinta horas semanais de trabalho. Evidentemente, sob este prisma, graves prejuízos estariam sendo debitados à já mal remunerada classe dos trabalhadores da referida Secretaria.

Por outro lado, conhecedor do espírito humanitário e identificado com a noção de justiça ao trabalhador que caracterizam a filosofia de trabalho da Secretaria de Estado dos Transportes, o Deputado requerente não tem a menor dúvida de que, uma vez comprovada, imediatas providências serão tomadas para sanar a situação descrita.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, JOSÉ RICHA e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deputado DENI SCHWARTZ, solicitando-lhes que determinem prosseguimento imediato nos trabalhos que deverão culminar pela pavimentação asfáltica da estrada Itambé-Marialva.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Além de evitar prejuízos incalculáveis para os produtos agrícolas da região, a pavimentação imediata da estrada Itambé-Marialva evitaria o desmoronamento de capital já investido numa primeira etapa, pois que a erosão progressiva ocasionada pelas insistentes chuvas têm comprometido em parte o leito compactado, mas exposto abertamente à ação das águas. No caso específico de Marialva, a referida pavimentação asfáltica representa necessidade vital, pois que além do necessário imperativo para o fluxo dos produtos agrícolas da região, é substancial para a recuperação econômica de um dos casos mais críticos de insolvência municipalista a nível de Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO, ofício solicitando a não assinatura de nenhuma medida que vise retirar os direitos adquiridos pelos funcionários das estatais.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Vem sendo insistentemente veiculado pelos órgãos de informação, a possibilidade de o Governo decretar novo "pacote" de medidas econômicas, que atingiriam fundamentalmente os funcionários das empresas estatais, em particular os bancários, retirando-se o Adicional de Dedicção Integral, as gratificações semestrais e afetando a Caixa de Assistência e Caixa de Previdência. A nosso ver, isto não pode sob hipótese nenhuma ser confundido com as "mordomias" tantas vezes constata- das nos altos escalões dos órgãos da administração indireta,

mas sim, são conquistas do funcionalismo adquiridas há muitos anos e após grandes lutas da categoria, constituindo-se em direito adquirido. Consideramos ainda, que não será retirando-se os direitos dos trabalhadores públicos que serão corrigidas as graves distorções da economia nacional, pois a origem dos problemas está na má administração do erário público e na entrega desvaída de nossas riquezas ao controle do capital internacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando construção de uma ponte sobre o Rio Ivaí, na altura da estrada que interliga os Municípios de Cândido de Abreu e Ivaiporã, via Distrito de Ariranha.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Nessa região, a travessia do Rio Ivaí é realizada através de balsa. Esse meio caracteriza a morosidade com que é escoada a produção agrícola da região, sua base econômica, em cujas épocas de safras formam-se filas de veículos diversos na espera da balsa. Isso traz prejuízos aos produtores e dificuldades à população em geral.

O tráfego entre os municípios de Cândido de Abreu e Ivaiporã, é cada vez maior, em vista de seu crescimento econômico e social; fato que torna obsoleto o uso de balsa na interligação de tais municípios, justificando dessa forma o pedido por nós formulado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, solicitando a pavimentação da Rodovia BR-487, no trecho que interliga os municípios de Ivaí e Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Toda a produção agropecuária da região dos Municípios de Manoel Ribas e Cândido de Abreu tem sido escoada pela BR-466. Disso decorre aumento de despesas com transportes e morosidade, já que na verdade ocorre um "passeio" através da referida rodovia, com a mercadoria, pois ao ser transportada, é afastada do destino, para logo em seguida seguir o curso conveniente.

Por outro lado, em épocas de chuvas prolongadas, a BR-487 fica intransitável, trazendo prejuízos à produção agropecuária da região e angústia a população.

A sua pavimentação virá em benefício de todos, ao agilizar o tráfego em todas as épocas do ano e ao encurtar as distâncias entre os Municípios de Manoel Ribas e Cândido de Abreu com a Capital e o Porto de Paranaguá, fatores que justificam nossa solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, solicitando a pavimentação da rodovia que interliga os Municípios de Manoel Ribas e Reserva.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A região de Manoel Ribas e Cândido de Abreu tem na produção agropecuária sua base econômica, cujo escoamento se dá através da BR-466. Isso é causa de aumento de despesas com transportes e morosidade, já que a mercadoria faz um "passeio" desnecessário, voltando em seguida ao seu curso conveniente.

Para evitar tais inconvenientes e os decorrentes das chuvas prolongadas, que deixam intransitável a rodovia, vemos a necessidade da pavimentação da rodovia que interliga Manoel Ribas e Reserva.

O atendimento a essa solicitação virá beneficiar também toda a Região Central do Estado, inclusive Ivaiporã, ao encurtar as distâncias com a Capital e o porto de Paranaguá; fatores que justificam nosso pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa do Editorial publicado no Matutino "Gazeta do Povo", dia 22 de junho do corrente ano, com o título: REAJUSTE e 13.º SALÁRIO.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Feita em plenário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em ata dos trabalhos de hoje do documento intitulado "AGRICULTURA PARANAENSE", o qual foi elaborado pela Comissão Permanente da Agropecuária Paranaense e entregue aos Srs. Ministros da Agricultura e da Fazenda.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 87/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o "TEMPLO DA ALVORADA", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, é uma Sociedade Civil e serve desinteressada à coletividade preenchendo desta forma os dispositivos da lei que regulamenta a matéria.

Com a apresentação do presente plano de lei, esperamos dos ilustres pares o devido apoio e posteriormente a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Estou inscrito para falar no Pequeno Expediente, desta sessão plenária, para registrar nos Anais da Casa e dar conheci-

mento aos Senhores Deputados, que por vários dias desta semana e da semana anterior, alguns Deputados foram procurados pela nova direção do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica do Paraná. Fizemos então várias reuniões para tratar do assunto que aflige a comunidade acadêmica e universitária dessa Universidade.

Qualquer que seja a cobrança antecipada e púnica da semestralidade, por parte da Reitoria da Universidade Católica do Paraná, nós temos aqui uma série de documentos comprovando a dificuldade que tem o estudantado universitário dessa Universidade, para atender às determinações da administração universitária, no sentido de pagar a anuidade semestral, distribuída em semestralidades, na forma pela qual foi determinada pela Universidade: metade no ato da matrícula e a outra metade da semestralidade, mediante financiamento de uma instituição bancária, em cinco prestações, com juros e correção monetária.

Tenho aqui também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, um rol de cursos da Universidade Católica com a respectiva semestralidade. Há casos cuja semestralidade atinge um valor superior a cem mil cruzeiros, e estes são os mais baratos. Isto vem dificultar a vida acadêmica, principalmente pelas dificuldades financeiras porque passa toda a coletividade, inclusive a própria população acadêmica.

Acrescendo ainda, e em face disso está havendo na Universidade Católica do Paraná um excesso, um índice bastante elevado de evasão escolar. Há um grande contingente de estudantes que estão trancando as suas matrículas, também não estão sequer se matriculando após serem aprovados no concurso vestibular, e é evidente, isto está trazendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, além de uma instabilidade no estudantado daquela universidade, está trazendo também prejuízos incalculáveis e instabilidade às famílias, em geral, da nossa coletividade, além de proporcionar prejuízos ao próprio ensino acadêmico.

Por isso tudo, Senhor Presidente, é que os Deputados, além deste Deputado que ocupa a tribuna neste momento, os Deputados Sérgio Spada e Caíto Quintana, Orlando Pesutti e Nelson Vasoncellos, reunidos hoje pela manhã com estudantes da Universidade, houveram por bem, depois de debater o problema, propor a esta Casa e o fazemos através de requerimento que foi lido pelo Senhor Primeiro Secretário, a constituição de uma comissão especial interpatidária, para entrar em entendimento não só com a Reitoria da Universidade Católica, mas também com o próprio Diretório Central de Estudantes, para o aprofundamento da questão, para encontrarmos uma solução a esse problema, para que a Universidade Católica estabeleça o pagamento da semestralidade em prestações mensais sem juros, como é, de resto, a praxe nestes casos.

Era só, Senhor Presidente. Aguardo a aprovação do requerimento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, segundo orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Hoje, nós estamos aqui para com nossa bancada, darmos um voto de confiança ao Governador José Richa pelo que ele fez ao funcionalismo, pois esta era uma luta nossa de há muito tempo. Um cochilo, talvez do Governador Hosken de Novaes, uma luta da bancada anterior do PDS.

Sem que isto Srs. Deputados, Sr. Presidente, sirva de bajulação ao Governador, porque ele deu ao Paraná o que o funcionalismo precisava neste Estado e tinha direito. Para fazer dos homens que dizem: “não peçam favores, pleiteiem os seus direitos”. Infelizmente, no Governo Hosken de Novaes, nós pleiteamos esse direito do funcionalismo e não tivemos a sorte que teve a Bancada do PMDB, ao ver este aumento de trinta e cinco por cento ligeiramente defasado, mas, o que mais importa, é

o décimo-terceiro salário, Sr. Presidente e Srs. Deputados da minha bancada.

Como disse eu ontem, este é um tento lavrado pelo Governador José Richa e nós havemos de lhe fazer justiça. Embora, sejamos da oposição, mas, haveremos de reconhecer os homens que pensam no funcionalismo, os homens que como Erondy Silvério, desta bancada e desta tribuna, quantas e quantas vezes como líder de nosso partido, solicitou ao Governador anterior, Hosken de Novaes, que fez ouvidos moucos. E nós, por um infortúnio da sorte no passado e pela sorte agora, Sr. Presidente, o Governador José Richa num momento de altivez, fez ao funcionário público, justiça, “deu a César o que é de César”. E nós, quantas e quantas vezes criticamos os atos desse Governador e haveremos de estar aqui sempre alertas, para criticarmos os seus atos que não coadunarem com a vontade popular. Haveremos de vir aqui, Sr. Presidente, embora minha bancada talvez me critique, a dizer que José Richa lavrou um tento por causa de um cochilo nosso no Governo passado, pois não demos ao funcionalismo público o que era de direito. Hoje, vemos atingido aquele adágio popular: “Não peça favores, pleiteie os seus direitos”.

O funcionalismo paranaense pleiteou seus direitos e José Richa, “deu a César o que é de César”. Que não levem isto como uma bajulação ao Governo, mas uma justiça que se faz ao homem que soube ser sensibilizado, dando ao funcionalismo o que esta classe merecia.

Sr. Presidente, é uma vitória do Paraná, é uma vitória do vosso partido. E nós, estamos que nem cachorro quando caiu de um caminhão de mudança.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada, terceiro orador inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Faz hoje, 265 dias que o jornalista Juvêncio Mazzarollo está preso no Ahú, condenado com base na Lei de Segurança Nacional.

É do conhecimento desta Casa, a novela que já vem se travando desde alguns meses em torno da PARANATUR. Os nobres Deputados desta Casa têm conhecimento de que o PMDB de Foz do Iguaçu, que obteve naquele município uma vitória retumbante, que obteve uma votação favorável, com a diferença de mais de dez mil votos sobre o PDS local, e que, numa primeira etapa, nós havíamos indicado os nomes para que o Sr. Governador do Estado indicasse um deles. Recaiu a escolha no nome do Sr. Dr. Alceu Velozzo, homem capaz empresário muito bem sucedido, inclusive com investimentos na cidade de Foz do Iguaçu.

No decorrer dos dias, fomos surpreendidos com a renúncia do Dr. Alceu Velozzo do cargo que ocupava na PARANATUR. Hoje, nós de Foz do Iguaçu e Deputados que aqui nesta Casa nos apoiam, juntamente com lideranças da região, estamos mais uma vez irmanados nessa luta, e estamos reivindicando para nossa cidade, por acharmos uma questão de justiça, a direção desse órgão, ligado ao Governo do Estado, para um elemento ligado a nossa cidade.

E hoje, nós, este Deputado que vos fala, juntamente com o Deputado Caíto Quintana e o Deputado José Antônio Fonseca, acompanhados ainda por lideranças de Foz do Iguaçu, teremos uma audiência com o Sr. Governador do Estado, oportunidade na qual reiteraremos a nossa reivindicação, e temos certeza que, dada a grande sensibilidade do nosso Governador José Richa, Foz do Iguaçu não sairá dessa audiência de mãos vazias. Sabemos que o turismo em Foz do Iguaçu é o carro-chefe daquela cidade, é o grande proporcionador de recursos das empresas locais e o grande gerador de empregos da cidade, dada

as qualidades que possui Foz do Iguaçu, tendo em seu território as Cataratas do Iguaçu, conhecidas mundialmente, fazendo divisas com dois outros países vizinhos, o Paraguai e a Argentina e tendo próximo à Ponte da Amizade e hoje o Lago de Itaipu. Nada mais justo então, do que nós virmos ao nosso Governador reivindicar este direito, um direito até mesmo adquirido.

Mas apesar do turismo em Foz do Iguaçu ser de suma importância, não é o único problema que nós encontramos na área do turismo. Foz do Iguaçu, é uma cidade que há vinte anos vem sendo des governada por "títeres" tirados do "bolso do colete" do Governador, que muito pouco fizeram pela nossa cidade.

Estamos apenas há três meses no Governo e já pudemos mostrar à comunidade de Foz do Iguaçu que os tempos são outros, que é o PMDB quem está governando este Estado, e que as reivindicações das bases estão sendo atendidas na medida do possível. Espero, no dia de amanhã, poder vir a esta tribuna, e mais uma vez poder elogiar o nosso Governador do Estado, porque tenho certeza que ele estará sensível para as nossas reivindicações. E, preocupado com a situação do turismo, eu faço hoje um requerimento a esta Casa que tem como súmula o seguinte: requer que seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, solicitando urgente reestruturação do escritório regional da PARANATUR, em Foz do Iguaçu, porque acreditamos que este é um dos primeiros passos que nós deveremos dar em Foz do Iguaçu, para o bem-estar e para a melhoria do turismo na nossa cidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna mais uma vez para falar sobre Foz do Iguaçu. Como tantas vezes que aqui estive, sempre defendi um posicionamento melhor para o turismo de nosso Estado. Lembro-me, como se fosse hoje, ainda na gestão do Governo passado, sugeri a criação da Secretaria de Estado do Turismo, por entender que o Paraná precisa e necessita com urgência, dar uma melhor dimensão ao turismo do nosso Estado.

Não fui atendido. Ao iniciar o Governo de José Richa, reafirmei o meu pedido e estou na espera para que a população paranaense, especialmente os empresários do turismo, sejam atendidos em suas reivindicações.

Mas vou mais além. Entendendo que não está sendo ouvida a voz do turismo paranaense. Já tomei as providências de requerer ao Ministro da Indústria e Comércio, bem como ao Presidente da EMBRATUR, a criação de uma Delegacia Regional daquele órgão, em nosso Estado.

E a PARANATUR, meus Senhores, como ontem disse desta tribuna que hoje falaria sobre a mesma, ela hoje está dirigida pelo Sr. Julião. Temos conhecimento de que, é sem dúvida alguma, uma pessoa conhecedora do turismo paranaense e nada temos contra a sua pessoa e o seu posicionamento pessoal. O que reclamamos a nossa comunidade iguaçuense é a capital paranaense do turismo — é a participação efetiva de Foz do Iguaçu à testa dos destinos do turismo paranaense.

Quando falamos sobre a PARANATUR, Foz do Iguaçu não aceita uma segunda posição. Quer e deseja a Presidência e o Vereador Sérgio Lobato aqui presente, é testemunha disto. Vejo, pela primeira, hoje, o Sr. Sérgio Spada, Deputado nosso, meu colega de Assembléia Legislativa, dizer da tribuna desta Casa, que fará uma visita ao Sr. Governador, acompanhado de lideranças de Foz do Iguaçu e de outros Srs. Deputados que representam identicamente a nossa região. É isto aí, Deputado Sérgio Spada. É o que Vossa Excelência já deveria ter feito

de há muito tempo. É preciso pressionar o Sr. Governador do Estado através do diálogo, acompanhado por lideranças de minha comunidade, da nossa comunidade, Deputado Sérgio Spada. Porque não podemos aceitar, por mais bem intencionado que seja o Sr. José Richa e o Sr. Secretário Fernando Guignone com relação a Foz do Iguaçu. Nós não temos participação na direção máxima daquela entidade. Foz do Iguaçu reclama pelo que lhe foi prometido em palanque público. Não podemos esquecer isto. Não só pela necessidade de Foz dirigir a PARANATUR. Não só pelo direito adquirido por ser aquela cidade a representante máxima do turismo paranaense, mas também porque foi promessa eleitoreira do Sr. José Richa, em palanque público, Foz do Iguaçu, diante de mais de 10 mil pessoas. Ele garantiu: "Se eu for eleito Governador, a presidência da PARANATUR é vossa, Foz do Iguaçu".

E nós, a queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Este direito é nosso. Aqui fica o desafio do Sr. Sérgio Spada, para que hoje não retorne do Palácio Iguaçu, de mãos vazias e que nos traga a presidência da PARANATUR, para um representante de nosso município, que está ali reclamando, Deputado Sérgio Spada.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esta Presidência registra com muita honra, as presenças dos Vereadores de Foz do Iguaçu, Ciro Dias e Sérgio Lobato Machado.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Orlando Pessuti, quinto orador inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna na tarde de hoje, para darmos ciência a esta Casa, no que diz respeito a nossa viagem a Brasília, no dia de ontem.

Conforme é do conhecimento dos Srs. Deputados e da comunidade paranaense, no dia de ontem, o Governador desse Estado, José Richa, chefio uma comitiva de paranaenses, ligados à agropecuária e que foi ter com o Ministro da Agricultura e o Ministro da Fazenda, para junto a eles expor e acima de tudo, reivindicar recursos e uma maior atenção e um maior atendimento, para os gravíssimos problemas porque passam a nossa agropecuária, principalmente após as últimas chuvas ocorridas no Paraná.

Para nossa satisfação, devemos aqui registrar que a atenção por parte desses ministros, a exemplo do que já esperávamos, foi bem melhor e acreditamos até, muito mais produtiva do que aqueles outros contatos, que em épocas anteriores mantivemos, ou que outros companheiros nossos, mantinham com essas autoridades.

Voltamos de Brasília, devo dizer, bastante esperançosos, com os resultados desses contatos lá mantidos. Sentimos que alguma coisa está para se resolver. É por isto que nós, nesta tarde, estamos aqui para dizer da nossa satisfação, e de acreditarmos que resultados positivos advirão da nossa ida a Brasília, juntamente com os integrantes da Comissão Permanente da Agropecuária Paranaense. E é neste sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estamos requerendo à Mesa, que se registre na ata dos trabalhos de hoje, o teor do documento por nós encaminhado e entregue aos Srs. Ministros, por ocasião das nossas audiências; documento este que versa sobre as necessidades mais urgentes e mais prementes, para atender a agropecuária paranaense, porque entendemos, que se assim não o for e não forem atendidas essas nossas reivindicações, o Paraná mais uma vez, estará sendo deixado para o lado, no esquecimento, e quem estará sofrendo mais uma vez é o nosso trabalhador, o nosso agricultor.

Fizemos diversas reivindicações, que poderão ser observadas no documento que estamos encaminhando a esta Mesa. E

muitas delas, disseram os Srs. Ministros, que são passíveis de atendimento imediato. As que mais têm preocupado são: a suinocultura, a avicultura e a pecuária de leite no Paraná, que diz respeito aos estoques e aquisição de milho, praticamente está resolvido, segundo o testemunho de ambos os ministros, da Agricultura e da Fazenda. Que diz respeito à recompra por parte das cooperativas; ou à compra por parte das Associações de Criadores do Paraná, do milho que se encontra agrupado, que se encontra depositado nessas cooperativas e que foram adquiridas pelo Governo Federal, através da CFP e do AGF.

Achamos essa medida por demais salutar, em função de que, esse estoque de milho que lá existe, poderia estar sob a forma de EGF, no entanto não se encontra na forma de EGF, porque recursos não foram liberados, em tempo e em quantidade suficiente.

Por esse motivo, esse mesmo produto que poderia ainda hoje, estar na mão do agricultor, hoje não se encontra na mão do agricultor, se encontra na mão da CFP, que inclusive tem agilizado a retirada desse produto do Paraná e levado para outros Estados, inclusive para exportação.

Tudo isso foi solicitado para que parasse e que esse milho fosse devolvido para as cooperativas, através da recompra, e as associações de produtores, para que esses produtores, suinocultores, avicultores e bovinocultores de leite, pudessem ter um produto não aviltados pelo preço de mercado emergencial, mas que pudessem inclusive os lucros advindos dessa comercialização, retornar aos produtores.

Muitos outros assuntos e reivindicações constam do documento que poderá ser transmitido aos Senhores Deputados, através de estar inserido na ata dos trabalhos de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Ervin Bonkoski, sexto orador inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados,

“O Papa João Paulo II oferece ao mundo, em cada uma de suas peregrinações, a reafirmação da fé. Sua presença reaproxima o povo de Deus e une os povos ecumenicamente.

Mais do que isso, Sua Santidade tem dado ao mundo renovados exemplos.

Agora mesmo, na Polônia, João Paulo II deixa claramente explícito o caminho que devem seguir, a postura que devem adotar aqueles que desejam defender os fracos e oprimidos, os perseguidos, os injustiçados.

Mostra-nos o Sumo Pontífice como procedem aqueles que são realmente os defensores dos trabalhadores oprimidos. João Paulo II nos dá um exemplo de conduta, de coragem e de fé no trabalho das pessoas de bem.

Da Polônia ressoa para o mundo a voz do pastor divino, a voz que clama por liberdade e justiça.

E clama, Srs. Deputados, dentro de um país comunista que oprime, que escraviza, que persegue.

Na Polónia o crime de milhares e milhares de seres humanos é crer em Deus e na justiça, na igualdade e na liberdade.

O regime comunista não conhece a palavra liberdade, não pratica a justiça. Os trabalhadores são tratados como animais. O homem é apenas máquina, ainda que dotado de alma e tenha no peito a pulsar um coração.

Isso é o comunismo. Esse é o “paraíso” que os lacaios, bem pagos por Moscou, anunciam a quem cortina de ferro.

Serve, portanto, a visita do Papa, para ensinar mais uma oportunidade, de colocar diante do mundo a verdadeira situação: que espécie de liberdade e de democracia existe no propagandeado paraíso comunista.

João Paulo II está lá, desafiando a tirania para fazer sua voz subir ao mundo livre, não só para manifestar o apoio, mas também para denunciar, para alertar a todos contra os engodos,

contra as mentiras.

Nas palavras de João Paulo e no lamento do sofrido povo polonês, está bem claro um aviso, o qual devemos reter muito bem, para sempre termos em mente o perigo que representa o comunismo para a democracia, para a liberdade humana, para a liberdade religiosa, para os sagrados direitos do cidadão. Os países dominados pelo comunismo são a prova mais irrefutável que existe.

Devemos estar sempre de atalaia, contra os arautos da tirania que por toda a parte se travestem de cordeiros, quando são legítimos lobos devoradores. Esses têm os seus interesses a defender.

Como pode alguém se intitular defensor do trabalhador, falar em democracia e ao mesmo tempo se alinhar a regimes que escravizam, que oprimem e que exploram o trabalhador?

É contra os falsos democratas que precisamos estar preparados, porque eles falam muito em liberdade, mas prestam serviço a regimes que nada mais querem senão destruir as liberdades ainda existentes.

Portanto, vemos a viagem do Papa João Paulo II à Polónia, não apenas como uma peregrinação de fé, mas como forma de alertar o mundo, para os horrores que praticam os tiranos que comandam os governos comunistas.

A presença e a palavra do Papa transmitem-nos uma importante mensagem: “quem tem olhos que a veja, quem tem ouvidos que a ouça”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Hermas Brandão, inscrito.

O SR. HERMAS BRANDÃO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. (Lê):

“A integridade física do cidadão é um tema o que vem sendo motivo de estudos e preocupação dos maiores especialistas em segurança pública nos últimos anos. O direito e a liberdade de transmitir livremente numa sociedade civilizada, impuseram ao indivíduo uma sobrecarga de responsabilidade quanto à preservação de sua vida e a de seus familiares. E, com isso, a sua integridade física adquiriu uma vulnerabilidade nunca antes experimentada. Nunca o cidadão esteve tão exposto à violência, seja ela de ordem física ou moral. Nunca a sociedade esteve tão ameaçada por atitudes violentas daqueles que invariavelmente não encontram brecha no sistema social vigente neste País. Esta situação, que tem origem nas diferenças sociais, acaba levando o ser humano ao desespero, para assegurar a sua sobrevivência e a de seus mais próximos. Nessa ansiedade, ele acaba ferindo preceitos morais e legais, atentando contra a vida de seus semelhantes, assaltando, matando.

Como garantir a inversão desse quadro violento? Nem os sociólogos mais interessados encontraram ainda a saída indicada. Nem as comunidades mais desenvolvidas descobriram uma fórmula eficiente para se acabar com a violência, que assalta e mata, principalmente nos grandes centros urbanos. Se em países mais adiantados econômica e socialmente, não se conseguiu ainda reduzir os índices de criminalidade, como poderia haver solução imediata e eficaz para esse problema num país, onde a injustiça começa pelo Poder Central? Não se pode apenas e tão somente condenar o criminoso pelo seu ato imoral ou ilícito, em si. Ele se insere numa estrutura social e moral, que lhe molda as atitudes e podem ser honestas ou desonestas, violentas ou pacíficas. Há um preceito jurídico que afirma que todo homem é um criminoso em potencial, mas há que se considerar igualmente as condições e o meio onde ele nasce e forma seu intelecto.

O homem pode ser violento por natureza, pela sua índole, mas suas atitudes adquirem um contorno pacífico à me-

dida em que ele nasce e vive num ambiente sadio, despojado de violência de toda ordem, onde há respeito mútuo, onde as riquezas são distribuídas de forma equânime, onde há trabalho para todos e, principalmente, onde existe respeito pela autoridade e pelas instituições nacionais. O homem que nasce e vive, a maior parte de sua existência, à beira do caos social, na carência de recursos financeiros e de alimentação, certamente se habilita com mais facilidade à violência, à pessoa e ao patrimônio alheio. Não há como escapar a essa fatalidade, infelizmente. O Brasil de hoje nos parece trazer com muita constância esse quadro degenerado. E a comunidade, que trabalha, paga impostos e tem o direito de esperar dias melhores, está atônita, aflita, quase desesperada. De um lado, o cidadão brasileiro vê o desemprego e a miséria, grassarem indiscriminadamente. De outro, a violência praticada contra a vida e o saque contra bens públicos e particulares. No meio, a indecisão do Governo Federal, a falta de coragem em assumir erros, cometidos aos longos dos últimos 20 anos.

Como inverter esse quadro, perguntamos novamente? Peço licença para narrar uma experiência valiosa, vivenciada dias atrás por uma das comunidades que represento nesta Casa. Alarmados com o aumento da criminalidade nos últimos meses, autoridades e povo da cidade de Andirá, decidiram elaborar e executar um programa comunitário de segurança. Com a escassez de recursos para se criar um módulo policial por parte da Secretaria de Segurança Pública, a Prefeitura Municipal e a comunidade andiraenses lançaram um plano de coleta de doações, junto a comerciantes, industriais e empresários agrícolas locais. Isso foi o bastante para se formar um fundo, com o qual adquiriram uma viatura policial, dentro dos moldes previstos nos padrões de equipamentos e funcionalidade da Polícia Militar do Estado do Paraná, tendo sido equipada, inclusive, com dispositivo de transporte de presos e sistema de radiocomunicação.

Paralelamente, a Prefeitura Municipal, utilizando seus limitados recursos, executou um plano de recuperação de um antigo prédio hospitalar, no centro da cidade, transformando-o em posto de comando e alojamento para uma guarnição de 27 policiais militares, que vão constituir a força de policiamento ostensivo da cidade. Essa iniciativa da Prefeitura Municipal, contribui também para reforçar o apoio comunitário que a força policial militar de nosso Estado necessita para executar, com mais tranquilidade, suas missões. Significa igualmente uma forma de integração da autoridade policial com a comunidade. Com o posto de comando já concluído, os andiraenses estão recebendo hoje a viatura policial que irá servir como suporte às ações específicas de policiamento ostensivo na área urbana. Como podemos depreender desse episódio, Srs. Deputados, a comunidade andiraense e suas autoridades municipais constituídas, assumiram a responsabilidade que um regime democrático impõe a ambos os lados: governo e povo. Não se pode conceber e executar um plano de governo sem o apoio e a participação popular, como também a comunidade não consegue sobreviver e progredir sem o estímulo e ajuda direta de seus governantes. O que não se concebe, nos dias de hoje, é o governo atrapalhando a vida de seus cidadãos, interferindo em seus negócios, em sua vida profissional, determinando uma remuneração humilhante à força de trabalho.

Esse exemplo, nascido e executado na cidade de Andirá, representa uma tentativa de se solucionar problemas comunitários, partindo de recursos gerados na própria comunidade. Com o recrutamento das forças vivas do município, foi possível solucionar um problema em tempo consideravelmente mais curto que o usual. Numa busca de solução, a nível de Governo do Estado, haveria uma demanda de tempo e recursos que acabariam fatalmente atrasando a efetivação do benefício que a

comunidade estava necessitando urgentemente. Assim, governo municipal e a comunidade deram-se as mãos, e trouxeram à luz uma solução madura e coerente aos dias de hoje, principalmente no seio das grandes nações.

Entendo que, numa época difícil em que vivemos, a realignação de ações comunitárias como essa, são imprescindíveis para o atendimento das necessidades básicas da população. O regime de mutirão para pintar a escola, limpar as calçadas e construir muros, é muito comum entre norte-americanos e europeus. A consciência de fraternidade e o espírito de comunidade, são mais frequentes nesses povos, que abdicam os seus bens materiais e posições sociais, para participarem de ações comunitárias voluntárias. O brasileiro, em sua grande maioria, não descobriu ainda que o paternalismo do Estado é uma característica de nações sulamericanas, que não leva a grandes conquistas. O que o brasileiro deve entender é que o governo, seja estadual ou federal, não pode interferir na sua vida. Ele (o governo) tem que dar a proteção que merece e os meios para desenvolver seus empreendimentos ou a sua profissão. O governo deve, acima de tudo, garantir a integridade física de seus cidadãos, seja através de aparatos policiais ou, principalmente, através da ampliação de uma justiça social coerente.

Fazemos um apelo, neste instante, aos homens que dirigem este País: que continuem se preocupando em aumentar o poder aquisitivo e com o bem-estar do povo brasileiro. Queremos, no entanto, que as autoridades de Brasília, ampliem sua atenção para algo também urgente e importante: olhem para o semblante do brasileiro e notem como está mais triste, ansioso e amedrontado. O povo brasileiro está desesperado porque não sabe de onde virá a próxima desgraça, se de um revólver empunhado por um desempregado, ou se por um pacote econômico, de forma a reativar nossa economia, esse quadro assustador finalmente se reverterá. A integridade do cidadão estará então assegurada”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado. Com a palavra o nobre Deputado Nilso Squarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Vivemos, desde o dia 15 de março, um novo período histórico em nosso Estado. No governo, para garantir a antiga aspiração dos paranaenses, traduzida nos resultados eleitorais de novembro. A vontade democrática e o empenho em favor de mudanças que possam restaurar as melhores condições de vida e trabalho, as oportunidades de progresso, a dignidade de nosso povo. Foi sepultado o autoritarismo, os privilégios, interrompido o processo que conservou no governo do Paraná e por tanto tempo, a expressão política dos interesses mais conservadores, mais distantes das necessidades da ampla maioria dos paranaenses.

Ainda é difícil para o novo governo, aplicar em profundidade seu programa de ação. São apenas três meses de governo para escoimar, da administração pública, os vícios e deformações arraigados em décadas. Mas é necessário e urgente proceder as mudanças. E toda a sociedade é chamada ao trabalho que se realiza em condições adversas. De crise econômica, de profunda insatisfação popular, de instabilidade política no plano nacional.

Este poder tem uma significativa parcela de responsabilidade e tarefas neste momento. Agora que um governo de inspiração democrática nos restitui direitos de fato, atribuindo-nos um novo papel no exercício da representação política

da sociedade paranaense, devemos cumprir nossas promessas ao povo e trabalhador, mais do que nunca, para restabelecer a confiança neste Poder e na produtividade dos nossos esforços.

Apresentamos hoje à Mesa desta Assembléia Legislativa, o requerimento para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar irregularidades e atos de corrupção administrativa no período anterior de governo. Não nos move qualquer ressaibo de revanchismo ou vindita. Não pretendemos com esta iniciativa atingir especificamente qualquer pessoa que tenha ocupado cargo de direção na última administração. Estes, entendemos, já foram julgados pelo povo que os apeou do governo. Pretendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar devolver a este Poder Legislativo as capacidades e prerrogativas de investigar e de legislar, inerentes ao poder do Legislativo.

Há muito tempo, as atribuições desta Assembléia foram cerceadas ou suprimidas por força de outro Poder. Aos seus integrantes foram reservadas delicadas tarefas que longe estiveram de expressar sua importância num processo democrático. E quando outro impedimento não existia, tínhamos o quadro da maioria conivente, subserviente, que sempre impediu qualquer altivez desta Assembléia frente a outro Poder, o Executivo, o Governo que, assim, contou com o manto da cumplicidade a resguardar todos os seus atos, mandos e desmandos.

Pretendemos com esta CPI, também contribuir para uma empresa urgente. Sanear a administração pública. Não foi um jurista, mas o Mal. Castelo Branco, que um dia aludiu às facilidades da ilegalidade, que levam aos atalhos do arbítrio ou da violência e dos desmandos, tão sedutores à primeira vista, mas que na realidade bem cheios de incertezas e perigos. Tais facilidades para a prática da ilegalidade, Srs., estabeleceram as condições de impunidade para os que estavam no Poder. Ao povo, os rigores da lei. Aos governantes, a indulgência plena.

Esta situação, que promovia a certeza da impunidade, semeou vícios e deformações tão graves, que pela constância transformaram-se em concepção generalizada, sobre o ato de administrar os bens e recursos públicos.

Traduziu-se mesmo na idéia de que aqueles que detinham o Poder, legitimamente ou não, tinham o direito de governar em causa própria. A honestidade transformou-se em sinônimo de virtude ultrapassada pelos costumes. Banidos sempre foram os honestos que "quixotescamente" se arriscaram a denunciar os corruptos.

Pois bem, Senhores, o último período administrativo de governo parece ter sido exemplo desta situação. Bastou a posse do novo governo e noventa dias de administração, para que os novos dirigentes deparassem com indícios, provas e evidências veementes, de irregularidades administrativas e corrupção, em praticamente todos os órgãos da administração direta e indireta do Estado.

Indícios preocupantes pelo alcance das conseqüências que poderão apontar. Evidências tão absurdas que exigem mais do que a indignação. Tudo isto exige uma apuração, se não por outra razão, que seja para ressaltar de responsabilidades todos aqueles (e devem ser muitos) que participaram da administração anterior com sadio espírito público.

O que não seria correto, mas irresponsabilidade e conivência do novo governo, é a omissão diante do quadro que vai se formando. Como calar e deixar de investigar sobre irregularidades no repasse de recursos vultosos a empresas e interesses em estado falimentar? Como se omitir diante de fatos que demonstram a utilização ilícita da estrutura administrativa do

Estado, em favor de grupos políticos ou econômicos? Como silenciar diante das mordomias abusivas de privilégios extorsivos para o Estado? Como fechar os olhos quando deparamos com a marca da corrupção?

Senhores.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, não terá a função de julgar ou punir os responsáveis por estes atos. Isto é função do Poder Judiciário. Mas temos a tarefa de investigar profundamente todos os indícios, todas as pistas, trabalhar com as evidências, para sugerir as formas através das quais o Estado possa ser reparado dos prejuízos de tanta mazela, tanta ação perniciosa.

E como resultado maior de seu esforço, espero que tenhamos, de ora em diante, novos procedimentos na administração pública estadual. Que este Poder, pela sua ação fiscalizadora, coíba a permanência dos vícios administrativos e possa devolver, à sociedade, a confiança nos Poderes Públicos.

É um escárnio ao povo deste Estado, que carrega nas costas os ônus mais pesados da crise econômica, a omissão perante a deterioração da estrutura administrativa. Que podem dizer os desempregados, aqueles que perderam até mesmo o direito de produzir para sobreviver, ao saberem que recursos imensos foram aplicados em empresas falidas para ressaltar interesses de apenas um pequeno grupo privilegiado pelas suas relações em setores do governo anterior? Que resposta tem o Estado para os pais que perderam as condições de manter seus filhos em escolas, ao saberem que parte dos recursos destinados à educação, fruto de sua contribuição, não foram aplicados lícitamente. Pelo contrário, serviram a interesses particulares, inclusive para beneficiar campanhas eleitorais?

Aos paranaenses devemos uma prestação de contas de tudo que foi feito com o que deles foi retirado para financiar o bem público. Pois muito foi utilizado para o benefício restrito de alguns. E o povo, Senhores, não deve arcar com o prejuízo social causado pelo festim de administradores ineptos habituados a usufruir de benefícios que fariam corar um imperador romano. O autoritarismo gerou homens de governo que se desacostumaram a proceder dentro da lei e para os quais qualquer limitação passou a ser freio intolerável e insuportável diminuição de poderes. Homens que já não sabem ser outra coisa que homens de governos arbitrários, habituados à impunidade, a exercer sem freios, sem medidas, o controle e os benefícios pessoais do cargo. Talvez por isso, os bolsões conservadores e de resistência ao atual Governo se rebelem com tanta ênfase não apenas à sua desestabilização, mas principalmente a restauração das práticas de governo que devem vigir em toda administração democrática.

O poder absoluto acostuma, agrada, envolve, vicia; resiste à mudanças. Chegou o momento, Srs., de descobrimos a outra face do autoritarismo. Quando a sociedade é impedida de participar, decidir, fiscalizar, os poderosos do momento ficam imunes para proceder da forma que lhes interessam. A imagem do despota esclarecido, do autoritário incorruptível, são da ficção. A história de todos os povos tem demonstrado exatamente o contrário. Que junto ao Poder despótico, ao autoritarismo, cresce o obscurantismo pela falta do diálogo e das exigências sociais em pauta. Crescem também os desmandos, acobertados pela impunidade.

Por mais sábio, por mais íntegro, por mais bem intencionado, não há governo que possa exercer poderes sobre um povo inteiro, como se fosse seu senhor e não lhe devesse explicações dentro da lei. Não há nação civilizada que conheça governo assim. Nos povos civilizados, o povo deve ser o padrão

e o governo o empregado. Esta concepção, nos últimos anos, inverteu-se e tivemos um governo patrão, senhor e absoluto, com um povo servo, escravo e sem direitos. A lei, foi feita para proteger o governo e não o povo.

Sair desta lei foi fácil; o despotismo, a força quebram a legalidade e a ruptura se opera num instante. Recompôr a legalidade quebrada, retornar à disciplina da lei, reordenar aos princípios éticos da democracia é que é difícil e quanto mais demora mais difícil se torna; até porque a lei, que é uma libertação, passa a ser considerada uma opressão ou uma diminuição para o poderoso destituído e que já não se habitua ao papel de cidadão comum, com direitos e deveres, exigidos pela sociedade organizada.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito terá uma árdua tarefa. E deve se revestir de um caráter que ponha acima dos interesses partidários, o interesse social mais amplo, muito caro a todos os partidos e que exige honestidade de todos aqueles que exercem funções públicas de responsabilidade.

Não acredito que qualquer membro desta Casa se oponha a uma investigação, sobre possíveis irregularidades e atos de corrupção do governo anterior, principalmente quando se põe diante de indícios e evidências que atentam contra a consciência de qualquer cidadão. Não fazemos pré-julgamentos. Não acusamos ninguém antes de conduzir nosso trabalho a bom termo. Não cobramos responsabilidades por indícios. Mas queremos apurar os fatos, chegar às provas, denunciar os responsáveis diretos.

A CPI, não terá poderes para condenar ninguém, mas terá força moral de acionar a justiça comum para que sejam julgados todos aqueles que malbaratarem os interesses públicos.

Os casos aqui apontados, são na verdade para investigar profundamente tudo isto, é o papel érculo que se nos defronta. Que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tenha a serenidade, prudência e imparcialidade necessárias, para levar a bom termo este trabalho, é a motivação que nos leva a apresentar o requerimento de constituição desta CPI. Que ela seja instrumento da Justiça e de defesa dos interesses maiores deste Estado. Que ela se constitua em garantias da lei, a fim de que o império da lei se restabeleça sobre o arbítrio e autoritarismo, causas maiores e geratrizes do processo de corrupção”.

Concedo o aparte aos Srs. Deputados que haviam solicitado. Pela ordem, primeiramente ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Eu agradeço a Vossa Excelência a oportunidade que me dá, para que os Anais da Casa registrem a minha posição, com relação a CPI da corrupção.

A Constituição do Estado, determina que não pode funcionar um número X de comissões, simultaneamente. Este número já foi atingido com dois requerimentos, os quais deram entrada na sessão de ontem. Todavia, quero dizer a Vossa Excelência e à Casa, que o plenário é soberano. Nada impede que a maioria da Casa autorize o funcionamento de uma, mais duas ou mais três, quantas forem necessárias, comissões de inquérito, nesta Casa.

Eu votarei favoravelmente a esse requerimento. Porque liderei durante quatro anos, três anos do governo Ney Braga e um ano no governo Hosken de Novaes. Nunca fui freqüentador assíduo das Secretarias de Estado, apenas cumpri o meu dever como parlamentar representante de uma parcela do povo do Paraná. Procurei corresponder a confiança de meus nobres pares, companheiros de bancada e do governo que me escolheu.

Aqui dei apoio, exclusivamente, à medidas de ordem legislativa e sobre estas eu respondo. Medidas legislativas.

Agora, os ladrões que por ventura participaram do governo anterior, devem pagar perante a lei, a apropriação indébita de dinheiro suado do povo do Paraná. Não pense Vossa Excelência e nenhum membro da Bancada de Vossa Excelência, que terá guarida em meu coração e em minha atuação parlamentar, defesa em favor das pessoas desonestas que não corresponderam à confiança do Governador do Estado. Este sim, foi um homem sério, homem honesto, pois entrou pobre e saiu pobre do Governo. O Governador Hosken de Novaes, um padrão de dignidade.

Eu estou ouvindo aqui um companheiro de bancada me criticando. Ele não gosta do ex-Governador Hosken de Novaes, exatamente pela atitude firme que ele teve no seu último ano de administração, procurando equilibrar o orçamento do Estado. E a medida, sobremaneira, humanitária, tomada ontem de grande sensibilidade humana, pelo Governador José Richa, com relação à implantação de semestralidade e do 13.^o salário, só foi possível, porque o ex-Governador Hosken de Novaes rejeitou uma proposição unânime da Bancada do PDS, no sentido de fazê-lo, nos extertores do seu governo.

Ele me disse, a mim como líder: “Deputado, eu não posso onerar o futuro governo. Eu não posso implantar semestralidade nem 13.^o salário, porque não sei como se comportará a arrecadação de 1983. E não me cabe, a mim como Governador, criar um ônus ao futuro governo”. Então, este foi um homem de um padrão de decência, digno de um grande governador. Estes dois homens eu defenderei nessa CPI.

Agora, Secretários de Estado, diretores de departamentos, diretores de autarquias, diretores de banco que meteram a mão no jarro, absolutamente, estarei formando ao lado dos Srs., no libelo acusatório. Porque a minha atuação em todos esses anos no Poder Legislativo estão aí, é um livro aberto. Jamais participei de qualquer negociata, jamais indiquei qualquer negociata, jamais freqüentei secretarias de Estado. Cumpri o meu dever aqui, diariamente. Nunca faltei a uma Sessão no exercício da liderança mas, exclusivamente, tratando de assuntos legislativos, de interesse do povo do Paraná.

Conte Vossa Excelência com o meu voto em favor da implantação dessa CPI, embora a Constituição vede, mais uma CPI enquanto não se encerre. Mas conte Vossa Excelência com o meu voto que a maioria vai, naturalmente, permitir, que essa CPI funcione e que produza os efeitos desejados pela sociedade paranaense.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. NILSO SQUAREZI — Concedo o aparte ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa que me havia solicitado.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Acompanhei o pronunciamento de Vossa Excelência e quero manifestar a minha integral solidariedade.

O nosso Governo, o Governo do PMDB nesses noventa e poucos dias, tem demonstrado, claramente, ao Paraná, que viemos para cumprir tudo aquilo que nós falamos em campanha eleitoral. Estão aí as medidas tomadas pelo Governador José Richa em favor do funcionalismo público do Paraná, que durante quase vinte anos foi pisoteado, com polfícia nas costas, quando reivindicava alguma coisa, mas quem sabe o compromisso maior do nosso partido, nobre Líder, fosse com a demonstração de que nós viemos para mudar e que não admitimos e não ficaríamos ao lado dos atos de corrupção que foram praticados no passado.

O pronunciamento de Vossa Excelência é sereno, e fica mais importante ainda e passa para os Anais da História do Paraná quando Vossa Excelência afirma taxativamente que esta

CPI não pretende ela praticar justiça "manu militari" como se praticou no passado; o trabalho da CPI será o de apurar fatos e enviar a quem de direito, que é o Poder Judiciário. Ao Poder Judiciário caberá julgar aqueles que engodaram o Paraná e aqueles que engordaram as suas finanças. Tenho certeza, nobre Líder do PMDB, que a manifestação de Vossa Excelência é o retrato do pensamento da nossa bancada e, mais ainda, é exatamente aquilo que o Paraná quer. Nós demonstraremos como é que faz austeridade, sem estar a austeridade entre "parentes".

Parabéns a Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado. Vossa Excelência ressalta realmente de que essa CPI é o resultado da integração total e ampla da bancada. Ninguém tem a paternidade desta CPI, muito embora, o Deputado Rubens Bueno tem a mais de mês nesta tribuna alertado a Casa de que nós estávamos elaborando os trabalhos que redundariam no requerimento de hoje. Naquela ocasião, o Deputado Rubens Bueno falava em nome da Liderança; e nós esclarecemos hoje, de que o requerimento é subscrito por todos os Srs. Deputados.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento) — Nobre Líder Nilso Sguarezi, o problema da corrupção foi e continua sendo, numa forma constante, principalmente porque a "oligarquia neyista", que viveu sob o "véu da impunidade", ao longo desses últimos anos, ve agora os "porões" ruírem sob o peso dos desmandos e da corrupção institucionalizada. Em boa hora, o Governo de transformações e de mudanças do PMDB, levanta a "ponta do iceberg", através de levantamentos preliminares: o Paraná precisa conhecer a realidade e vai conhecê-la, nobre Deputado Nilso Sguarezi, para desmistificar certas cópias e protótipos de Ali Babá que campeiam no Estado.

A campanha do PMDB foi calcada fundamentalmente na bandeira anti-corrupção, e o povo que votou no PMDB não pode ver frustradas as suas esperanças de mudanças neste Estado, sob pena de o nosso Partido cair no descrédito popular. E eu gostaria de uma forma, uma colocação muito pessoal, de ressaltar a princípio, o nome de um estadista que, por um determinado período foi o Governador deste Estado, Dr. José Hosken de Novaes, que até me prove o contrário é um homem probo e digno. Vem em boa hora esta CPI da corrupção, nobre Líder Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para justificar a parte final da sua participação, nós esclarecemos de que um dos propósitos da CPI, inclusive, é passar o atestado de idoneidade àquelas muitas pessoas que também figuraram no Governo anterior para que nós identifiquemos os que turbaram a lei, mas para que também possamos realçar e dignificar os que, com as facilidades que existiam, foram dignos de cumprir com o seu dever...

O Sr. Roberto Requião — Peço um aparte de Vossa Excelência, Deputado. (Assentimento) — Deputado Nilso Sguarezi, inicialmente quero registrar a minha satisfação pelo clima com que chegou a esta Assembléia a CPI da Corrupção, uma CPI que, para o PMDB não é o seu objetivo principal, porque não assumiu a posição fascista e moralista de acreditar que a mudança de pessoas e comportamentos ao nível individual podem variar a direção dos assuntos do Estado.

Nós, do PMDB, acreditamos que as mudanças são mais profundas; são na própria estrutura do Estado e colocamos no nosso objetivo, de participação popular e transparência pública, a própria finalidade da nossa ação partidária.

No entanto, Sr. Deputado, acho que iremos avançar por aspectos até mesmo folclóricos, nesta CPI da Corrupção.

Folheando ligeiramente o relatório que reivindica esta CPI, verifiquei que iremos nos deparar com "gatos" de diversas espécies. O Deputado Nestor Baptista, que tem se dedicado ao estudo dos "gatos" nos vinte anos de autoritarismo, já classificou "gatos de pelo liso", "gatos angorás", "gatos siameses", mas nesta CPI encontraremos um espécime diferente, é o "gato angorá rabo de bola" que freqüentou a Secretaria de Esportes e Cultura e que é responsável pelo desaparecimento de um aparelho de VT doado pela Sony e de um piano de cauda.

A corrupção nesse Governo, Governo do PDS, de Ney Braga e da ditadura militar no Brasil, gerou espécimes extremamente variados que o PMDB espera que tenham sido espécimes híbridos e que não se reproduzirão mais na abertura política que o Brasil passa a viver.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Só para esclarecer a Vossa Excelência que tivemos, inclusive a preocupação de num requerimento de 21 laudas, em que apresentamos 29 itens e diversos subitens, não mencionarmos o nome de uma só pessoa. O que nos leva não é a punir pessoas, mas a identificar situações em que a corrupção se tornou facilitada, para que também a CPI possa instrumentalizar os futuros Governos e dificultar a vida daquelas pessoas que são hábeis no manuseio da corrupção.

Concedo o aparte ao eminente Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Nobre Deputado Nilso Sguarezi, antes de mais nada gostaria de dizer que neste País a lei foi feita para acobertar o Governo, principalmente, não apenas para servi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência informa que está encerrado o horário do nobre orador.

O SR. NILSO SGUAREZI — Peço um minuto para que o Deputado possa concluir.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Continuando, nobre Deputado Nilso Sguarezi, gostaria de dizer que desejo e espero que esta CPI da Corrupção, pesquise, mais do que as pessoas, a estrutura administrativa desonesta, porque toda ela, nesses 19 anos, foi montada com o intuito principal de acobertar os desmandos governamentais de todos os governos que se implantaram neste País, desde o Governo da Presidência da República até os Governos dos Estados no Brasil.

A administração do Estado do Paraná, e nós já denunciávamos nos nossos primeiros pronunciamentos nesta Assembléia, quando denunciávamos através de pedidos de informação ao Badep, falcatrues feitas naquela organização bancária. Vimos e lemos no Jornal "Gazeta do Povo", do dia 19, denúncias de rombos, de pedidos de informação por nós solicitados, já no começo de nossa atuação. Espero que esta CPI seja mais estrutural do que individual, para que não se diga que o PMDB faz perseguições às pessoas, mas perseguimos é o regime de moralização, de dignidade na administração do bem público.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esta Presidência registra, com muita satisfação, a presença neste plenário do Vice-Prefeito da cidade de Palmeiras, o Sr. Amadeu Mário Margraff.

Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, o Deputado Ailton Cordeiro utilizará o Horário da Liderança do PDS, pelo tempo necessário.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu quero, neste momento, dizer ao Deputado Nilso Squarezi, Líder do Governo do PMDB nesta Casa, como também informar a todos os Parlamentares deste Poder, que nós estamos formalmente emprestando, neste momento, o nosso apoio à CPI que está sendo proposta pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

(Tumulto no plenário)

Disse, desta tribuna, há algum tempo...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa solicita aos nobres Deputados que se contenham, para que o Deputado Airton Cordeiro possa fazer o seu pronunciamento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Continuando, Sr. Presidente, nós dissemos desta tribuna, há algum tempo, que não estamos aqui na Casa, para acobertar, qualquer tipo de irregularidade. E temos a convicção...

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência suspende a sessão por alguns minutos, até que os ânimos sejam serenados.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está reaberta a sessão.

A palavra continua com o Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, para efeito de anotações taquigráficas, e inscrição nos Anais da Casa, peço a Vossa Excelência que considere este pronunciamento a partir deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa, defere, Sr. Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Nilso Squarezi fez pronunciamento há pouco, sobre uma Comissão Parlamentar de Inquérito a ser proposta, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Sua inicial pretensão à "apuração de irregularidades do Governo anterior". Eu quero manifestar-me desta tribuna, afirmando claramente aos Srs. Parlamentares de que não negarei o meu apoio à CPI, como também entendo, que toda e qualquer medida com este caráter, deve merecer o apoio de todos os Parlamentares. Creio que o Brasil vive hoje uma grande crise de seriedade. Seriedade em todos os níveis; nível federal, níveis estaduais, níveis municipais. E esta CPI ensinará a que tantos outros episódios da vida pública paranaense, sejam também revelados publicamente, não com a intenção de se diminuir ou de se denegrir quaisquer pessoas; mas com a finalidade principal, com a tentativa que se fará concretamente de se restituir esta seriedade à administração pública brasileira.

Já se sabe que o homem público peca de várias formas: pela omissão, pela corrupção; peca pelas suas ações, peca pelas suas atitudes, peca pelas suas opiniões. E é importante que se recupere a credibilidade do homem público brasileiro.

Considero toda e qualquer medida vigorosa, aquela que tentar realmente oferecer este princípio de retomada desta seriedade que nós consideramos tão importante. Seriedade, no entanto, que certamente não deve ser perseguida num único Governo; mas, seriedade que deve ser a tônica de todos os governos, de todas as administrações. E eu tenho certeza de que na história desta iniciativa do PMDB, todos os Deputados desta Casa, do PDS e do PMDB, poderão oferecer a sua contribuição para que se reencontre este caminho da seriedade que nós queremos.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Acho extremamente saudável...

Em seguida, Deputado Gilberto Carvalho.

Creio que a medida deve ser apoiada unanimemente pela Casa e mais ainda, eu até gostaria que esta fosse uma CPI não limitada, no tempo, por cento e oitenta dias ou por um período um pouco maior.

Mas que ela tivesse um caráter permanente, para que ela

pudesse, constantemente, ser objeto da dinamização, pela ação dos Srs. Parlamentares, a fim de que o Paraná desse, inclusive, um exemplo. Aqui se mantém uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar, permanentemente, e aí sim, nós poderemos dar uma claríssima demonstração ao Brasil, de que este é um Parlamento que se incorpora, na linha de conduta daqueles que querem ver completamente restabelecida a seriedade na administração pública.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — O aparte que Vossa Excelência me concede, nobre Deputado, inicialmente lamentando o episódio de poucos instantes, quando solicitamos de Vossa Excelência que fosse à tribuna, que acompanhou o pronunciamento do Deputado Nilso Squarezi, para dizer da nossa posição, que ontem nós já reafirmamos nesta Casa, quando se comentava que a pretensão do PDS era impedir a instalação da CPI da Corrupção.

É esta posição da bancada nós apoiamos medida no sentido de que seja apurada toda e qualquer irregularidade, no governo, junto aos Poderes constituídos no município, no Estado, porque tem sido esta a nossa posição.

Ontem mesmo, na Comissão de Justiça, quando eu recebi um projeto para relatar que o Sr. Deputado que pedia a não consideração das prestações de contas feitas pela Prefeitura, em mandatos anteriores, que não fosse levado em consideração para receber recursos agora no presente, recusei-me a dar o parecer favorável, alegando que todo aquele que recebe recursos e é o responsável, deve prestar conta dos seus atos.

Nós que estamos na vida pública desde 1961, que sempre disputamos eleições livres democráticas e com independência, sem utilizar qualquer cargo público para chegar a esta Casa, não tem porque, irmos defender ou impedir que qualquer um dos Srs. Deputados apure qualquer irregularidade em qualquer setor.

Terá nosso integral apoio a Constituição Estadual, que diz que não poderá ter mais que cinco comissões em funcionamento, mas no entanto, poderá ser alterada, desde que seja aprovada pela maioria dos Srs. Deputados. Então, fica certo e firmada a nossa posição, de que o PMDB contará com o nosso apoio se pretender criar mais comissões.

Só lamentamos, Sr. Deputado, que tem sido de praxe nesta Casa, no Congresso Nacional, que quando é pedido uma CPI, quem a requer assume a presidência, o que não aconteceu quando o PDS pediu a CPI dos Desempregados, nós que tivemos o privilégio de assumir a presidência desta Comissão, mas com referência à apuração, terá nosso integral apoio, porque nós queremos que haja austeridade, administrativa e que sejam defendidos os interesses do povo, porque é esta nossa obrigação como legislador e representante do povo, nesta Casa.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte do Deputado

Gilberto Carvalho e permito-me acrescentar, já que Vossa Excelência falou dos desempregados, sobre a presidência dessa CPI que há algumas semanas o Deputado Artagão de Mattos Leão, propôs a constituição de uma Comissão de Deputados Estaduais, para um acompanhamento das medidas do Governo do Estado, a fim de atender a crise social do Paraná com o desemprego grassando e lamentavelmente até hoje nós não vimos ser acionada essa Comissão, nem pela Presidência da Casa nem pelo Governador do Paraná. A iniciativa foi do PMDB.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Queria pedir vênias a Vossa Excelência,

Deputado Airton Cordeiro, pelo incidente que se deu com a nossa Liderança, que não lidera nada. Pedir a Vossa Excelência que me perdoe desse ato impensado, porque estaria com a palavra dentro da minha modéstia e os nobres Líderes, os dois vice-Líderes passaram por cima de um Deputado que é seu amigo. E como é Vossa Excelência que está nos representando, nesta tribuna, gostaria de dizer a Vossa Excelência, à minha bancada e

Paraná, que não reconheço mais como meu Líder, os dois Deputados que me afrontaram. Os dois Deputados que me tripudiaram e que não sabem liderar. Os dois Deputados que passaram por mim, meu nobre Líder Ailton Cordeiro, que eu estaria com a palavra sem dar satisfação, para que o Paraná saia como está andando a Liderança do PDS nesta Assembléia. Para que o Deputado Gilberto Carvalho saiba honrar...

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está suspensa a sessão por alguns instantes. (Pausa).

Está reaberta a sessão e continua com a palavra o Deputado Ailton Cordeiro, por 20 minutos.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Muito obrigado, Sr. Presidente. O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Agradeço e apenas para dizer que Vossa Excelência fez uma colocação muito importante, quando sugeriu que esta CPI requerida, na tarde de hoje, não se fixasse num prazo, para que todos os atos daqueles que manejam o dinheiro do povo possam ser objeto de exame por parte do Poder Legislativo.

Tão logo retorne de sua viagem o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, Líder de nossa bancada, vou sugerir a Sua Excelência que emende incluindo o Poder Judiciário e o Poder Legislativo e seu órgão auxiliar, para que passe sobre o crivo desta CPI. Para que não se vejam mais contratos ilegais, vergonhosos como esta Casa fez há apenas 60 dias atrás.

Um contrato para um diagnóstico, que a implantação do serviço custará 5, 6, 8, 10 vezes mais do que custou.

Isto também, deve ser objeto de exame. É dinheiro do povo. Ou o dinheiro que vem para o Poder Legislativo não sai do bolso do contribuinte? Ou o dinheiro que vai para o Poder Judiciário, não sai do bolso do contribuinte.

É preciso que todos os atos dos governos anteriores, e do Governo que está em curso, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do órgão auxiliar deste Poder, que é o Tribunal de Contas, sejam passíveis também de um exame, do crivo do Poder Legislativo, que é para isso que existe este Poder.

Esse é o início, efetivamente, como bem disse o nobre Líder do PMDB, da valorização do Poder Legislativo. Mas, os homens que integram este Poder devem dar o exemplo. Devem permitir também, amplo exame de suas contas, cada Deputado, das verbas que recebem, da aplicação justa. Porque, fala-se por aí que Deputado ganha uma importância "x". E alguns Deputados confirmam que realmente ganham esta importância. Mas, isso me afigura em apropriação indébita, do Deputado que considerar todas as verbas recebidas como seu salário. Se me afigura uma apropriação indébita. Porque verba de transporte, verba de comunicação não é verba para o Deputado colocar no bolso.

Então, é preciso, eu vou pedir ao Líder da nossa bancada, que emende, a fim de tornar possível um exame por parte desta CPI dos atos dos demais Poderes. Só assim, este Poder realmente cumprirá com as suas finalidades.

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu acredito, Deputado Erondy Silvério de que sugestão de Vossa Excelência combinada com a nossa, de dar um caráter permanente a esta CPI, é realmente muito importante, e a abrangência da CPI vai ser de tal forma ampla que o Paraná inteiro há de tomar conhecimento dos atos da Administração Pública deste Estado através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu já discordo quando ouvi, aliás, o Deputado Nilso Sguarezi, há dias atrás, ao ler uma declaração de Sua Excelência afirmando em CPI da corrupção, sem que a Comissão esteja em funcionamento e sem que tenham sido apurados atos de corrupção, mas nós não queremos nos esconder atrás desse argumento para negar apoio a esta CPI absolutamente, nós estamos aqui prontos, plenamente prontos para apoiar esta e tantas outras Comissões que sejam compostas na Casa, para apurar corrupção.

Acho isso saudável, a extensão que quer dar Vossa Excelência a esta proposta, também é extraordinária, porque todos os Poderes devem se submeter ao crivo da Assembléia Legislativa, porque aqui está representada toda a sociedade paranaense, todos os paranaenses pela eleição de seus Parlamentares.

E como também tenho consciência de que o Governo que hoje está administrando o Parnaá, não é um Governo que esteja infenso a erros, eu proponho caráter permanente para esta Comissão Parlamentar, até o final desta Legislatura, a fim de que nós possamos permanentemente apurar todo e qualquer ato ilícito ou que possa sugerir ilicitude, a fim de que nós possamos preservar a seriedade da administração pública.

Concedo o aparte ao Deputado Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião — Deputado Ailton Cordeiro, a atitude da Bancada do PDS, no que diz respeito à CPI da corrupção não nos surpreende, "res" pública, a coisa pública, tem que ser da responsabilidade de todos nós, principalmente de nós Deputados Estaduais do Paraná.

Acredito que a sua proposta será acolhida por esta Assembléia, e eu quero, também abordando uma questão supra partidária, solidarizar-me com todos os companheiros Deputados da Bancada do PDS que se propuserem a de ter a metástase do câncer da corrupção que explodiu em São Paulo durante a Convenção regional daquele Estado que deu poder partidário absoluto a Paulo Salim Malluf, exemplo maior da corrupção neste País na sua história.

Vocês, Deputados do PDS, militantes desse partido, têm a solidariedade moral de todas as pessoas sérias desse País, nesse combate.

Que esta metástase não atinja a Bancada e o PDS no Paraná. Obrigado, Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Posso garantir a Vossa Excelência que não atingirá apesar de ter ouvido ontem o repto do Deputado Gabriel Manoel, que pediu a Vossa Excelência que traga as provas da corrupção do ex-Governador Paulo Malluf. Aliás, hoje ainda li no jornal "O Estado de São Paulo", uma notícia muito interessante, a esposa do Governador Franco Montoro, foi a Brasília, poderia ter desfrutado de quatro voos comerciais da empresa, cujo capital maior é do Governo de São Paulo, a VASP. e no entanto preferiu optar pelo jatinho do Governo de São Paulo, que foi a Brasília, deixou a Senhora Luci Montoro no Aeroporto de Brasília, em seguida retornou a São Paulo, onde embarcaria mais tarde o Governador Montoro para ir conversar com alguns Ministros de Estado, isso é malversação do dinheiro público, ou Vossa Excelência acha que não? O Sr. Roberto Requião — Não há dúvida nenhuma, e com esta declaração, percebo que o Deputado não será nunca um "Mallufista".

O SR. AIRTON CORDEIRO — Vossa Excelência pode ter a consciência de que não, isso já é fato público e notório. Mas eu gostaria que Vossa Excelência entendesse de que os erros não acontecessem só no PDS, ou dentro das administrações do PDS. Há pouco tempo nós ouvimos, lemos, uma declaração do Secretário Geral do partido de Vossa Excelência fazendo críticas candentes ao Governo do Sr. José Richa, afirmando, textualmente, que o Governo do Sr. José Richa dá a impressão de que está nos seus estertores, no seu final, quando está só implantado há 90 dias. Então, ...

O Sr. Roberto Requião — O secretário já foi atendido pelo psiquiatra responsável pelo seu tratamento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu fico contente em saber que Vossa Excelência reconhece que no seu partido também existem aqueles que não têm as faculdades mentais saudáveis, como deveriam ter.

O Sr. Roberto Requião — Agora, de qualquer forma, uma ressalva só: é o 1.º secretário, porque o secretário geral é o nosso solidário companheiro Anibal Khury, com o partido, com o governo e contra a corrupção.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Então, eu gostaria, Deputado

Requião, apenas para, sem querer polemizar com Vossa Excelência porque eu sinto que, realmene Vossa Excelência já entendeu a extensão do nosso raciocínio, de dizer, clara e textualmente, de que os erros vão acontecer. Então, ainda, eu vi aqui nas mãos de um parlamentar, companheiro nosso, não declino o seu nome porque não estou autorizado a fazê-lo, mas vi uma informação de uma Prefeitura do interior, administrada pelo PMDB, eram 7 ou 8 parentes do Prefeito, 10 parentes do Prefeito nomeados nesta administração, e isto, Deputado Requião, vamos encontrar aos montões neste Paraná inteiro.

Então, não é, realmente, patrimônio do PDS a indecência. Não; eu diria que a indecência é patrimônio da humanidade. Há aqueles que se utilizam mais dela; e se o PDS deu a oportunidade aos seus adversários de poderem considerar os seus atos de indecência, não tenha dúvida Vossa Excelência, todos os atos de indecência administrativa do PMDB serão considerados, porque o seu partido passou a existir a partir da última eleição.

O Sr. Donato Gulin — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Gostaria que acrescentasse a todas as Prefeituras do Estado do Paraná, o Governo do Estado de São Paulo, porque todos os filhos - menos um - do atual Governador do Estado de São Paulo estão engajados em posições de destaque no Governo.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Solicitaria um aparte ao ilustre Deputado Airton Cordeiro (Assentimento) — Deputado Airton Cordeiro: Reportando-me ainda ao aparte do Deputado Erondy Silvério, desejaria dizer, acho e entendo válida a solicitação do seu companheiro de bancada quando solicita a extensão dessa CPI à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, também, não apenas esse problema de contrato que não considero na colocação posta pelo Deputado Erondy Silvério; mas, principalmente, porque a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem, no seio da comunidade curitibana e paranaense, a pecha de um antro de corrupção. Não praticado pelo MDB, nem pelo PMDB, porque sempre foi minoritário nesta Casa. Exatamente por isso seria muito interessante verificar como foram utilizadas as verbas de assistência social

pelos Deputados que sempre mandaram neste Poder no Estado do Paraná, com a conivência de emedebistas, ou pedessistas, ou arenistas; não me importa; o que me importa é que a instituição deve ser preservada como uma Casa que realmente representa o povo honesto do Paraná. E esta Assembléia do Estado do Paraná precisa se repor perante o conceito da opinião pública. Por isso concordo plenamente com a solicitação do Deputado Erondy, de que a CPI se estenda até a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e que na sua tesouraria possamos encontrar se houve Deputado ou Deputado desonesto, para que o povo tome disso conhecimento. Também gostaria de dizer que essa CPI pretende ser e deverá ser talvez o retrato fiel das administrações feitas no Paraná nos últimos tempos. Aceitamos a fiscalização à atual situação do Governo do Paraná. Não compactuaremos com nenhuma espécie de corrupção e até seremos solidários, Deputado Airton Cordeiro, com todas as denúncias comprovadas de desonestidade e de irregularidade no Governo José Richa, porque nós buscamos a perfeição, e já sabemos que não somos perfeitos. Por isso, como dizia Vossa Excelência, somos, realmente, passíveis de erros, mas não laboraremos no erro. Os erros cometidos e reconhecidos nós os corrigiremos com toda certeza, ilustre Deputado.

Mas, para concluir, desejo dizer que o Paraná inteiro espera uma postura de decência dos Deputados deste Poder, porque se fala em corrupção em todos os níveis e em todos os setores. E é preciso que se tenha prova daqueles que roubaram; e é preciso que os que foram honestos também tenham o seu retrato espelhado como homens dignos do respeito e da admiração do povo do Paraná. Essa CPI não pode ser apenas da reprovação; mas deve ser também, da aprovação dos grandes e bons

administradores que também já passaram pelo Paraná. Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu quero também fazer um reparo à afirmação de Vossa Excelência no que toca à verba de subvenção social. Vossa Excelência preteriu acusar aqueles que administraram a Assembléia Legislativa, enquanto o PDS era majoritário na Casa. Mas, a subvenção social é de cada Deputado, não é da Mesa Executiva, é de cada parlamentar. E eu estou de acordo com Vossa Excelência. Acho que deve merecer, realmente, uma atenção muito especial, sem que se perpetre a injustiça antecipada de se fazer acusação a quem dirigiu a Casa anteriormente.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Deputado Airton, só para concluir: eu ainda continuo achando que a verba de assistência social utilizada pelos Deputados, ainda continua não sendo bem utilizada.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E eu gostaria de fazer um desagravo aqui, e por ele me responsabilizo totalmente, aos meus ilustres companheiros: João Mansur, Fabiano Braga Côrtes, Basílio Zanusso e Augusto Carneiro que, como Presidentes e 1.ºs Secretários da Casa, administraram este Poder na legislatura passada, como homens do PDS, na Comissão Executiva.

Concedo aparte ao Deputado Donato Gulin.

O Sr. Donato Gulin — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado, mas queria lembrar mais uma vez, aqui nesta Casa. Acho que no Brasil é que existe uma particularidade toda especial, porque em qualquer outro lugar do mundo, a pessoa só é corrupta, só é ladrão no momento em que provarem. E o que a gente nota neste País é que todo mundo é ladrão, que todo mundo é corrupto, e que ele tem que provar que não é, que ele tem que provar que é incente, que não é ladrão quando deveria ser o contrário. Se se chama alguém de ladrão, de corrupto, que tragam as provas e levem aos tribunais. Agora, o que a gente nota aqui, inclusive acabamos de ouvir agora, é que todo mundo é ladrão.

Eu sou novato aqui, mas tenho certeza que os Deputados que passaram por aqui, desde que se prove, não tem ninguém aí tachado, pode-se falar alguma coisa mas tachar de ladrão, não.

Então, permita-me não concordar com o aparte do Deputado Alencar Furtado, para dizer que nós devemos mudar esta regra do jogo; devemos entender que todo mundo é honesto até o momento que deixar de sê-lo, e fôr comprovado, realmente, que ele é desonesto.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Concede-me um contra-aparte? (Assentimento) — Apenas para esclarecer a posição externada pelo ilustre Deputado, não foi a nossa. Eu não tachei pessoa nenhuma de corrupta. Disse apenas que concordava com a posição e solicitação do Deputado Erondy, de que se estendesse esta CPI. E se esta CPI já tivesse a presunção de que determinadas figuras do Governo ou deste Poder Legislativo, fosse corrupta, já usaria. A CPI é exatamente para apurar a veracidade de um conceito popular, de que se diz que "na Assembléia Legislativa existe corrupção", de que na "administração do Executivo existe corrupção". Daí já vai exatamente apurar esta veracidade. Se houver corruptos, esta CPI dirá; se não houver, ótimo, excelente; a CPI também haverá de dizer. Eu não pretendo, de jeito nenhum, em hipótese nenhuma, usar quem quer que seja. Acusei o Badep, desta tribuna, e estão aí os jornais dizendo: "rombo de quatro bilhões e meio de cruzeiros". Fiz outras acusações e provei, mas provei com documentos nas mãos.

Jamais teria a petulância de acusar, por exemplo, o Deputado João Mansur, por quem até nutro um grande respeito, de corrupto, ou de compactuar com corrupção, apenas acho que, realmente, já que se há corrupção em um Poder, já que se diz que existe corrupção em um órgão, isto deve ser apurado por esta CPI, para que se diga se há ou não há corrupção, porque existem pessoas muito honestas como eu considero o Deputado João Mansur, um homem honestíssimo, e não precisaria, jamais, de roubar um tostão da verba da assistência social, então...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Como honestos eram os demais Deputados do PDS.

O Sr. Osvaldo Alendar Furtado — Pois não.

A sua ressalva não tem cabimento justamente porque eu não acusei pessoa alguma, apenas estou concordando com a extensão da CPI, para que ela diga realmente as pessoas honestas que tem a Administração Pública do Paraná, ou que passaram pela Administração Pública do Paraná, e diga também os desonestos que pela sua Administração Pública do Paraná e pelo Poder Legislativo passaram — se é que passaram.

Muito obrigado.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado Airtton Cordeiro, ouvi com atenção o aparte que foi formulado pelo eminente Deputado Osvaldo Alendar Furtado, ouvi também as ponderações do Deputado Gulin e as suas ponderações.

Apenas lembraria em complemento, que existe uma Comissão de Tomada de Contas, na Assembléia Legislativa, já desde o seu início de Parlamento livre, e esta Comissão é formada por Deputados do PDS, ou era formada, e do PMDB; assim como a Comissão Executiva, sempre teve a participação do PMDB. E acredito, nobre Deputado, que se os documentos não estivessem em ordem...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Aliás, a última Mesa, permita-me Vossa Excelência, tinha como Segundo Secretário o Deputado Nilso Sguarezi, hoje Líder do Governo e do PMDB na Casa.

O Sr. Ezequias Losso — Perfeitamente.

Então eu acredito, nobre Deputado, que se houvesse alguma irregularidade nos documentos, as Comissões competentes teriam tomado conhecimento e teriam agido, pois são competentes, para isso, são Comissões Permanentes.

Concordo também, com a extensão da CPI em termos de apuração de fatos...

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa informa ao nobre orador que ocupa a tribuna, que seu horário acha-se esgotado.

A Mesa concede um minuto para que Vossa Excelência conclua.

O Sr. Ezequias Losso — Apenas para concluir, nobre Deputado, concordo também, mas com apuração de fatos outros, não, aqueles que já passaram por Comissões de Deputados, porque não haveria razão de ser.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Mas eu quero, para concluir, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, dizer que entendendo esse debate extremamente útil, e que não temos o que temer, e que acreditamos que realmente um raio-x da vida pública paranaense deveria ser mostrado, por inteiro, à nossa comunidade.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/83, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que estabelece redução sobre as multas, juros e correção, incidentes sobre as contribuições em atraso para o IPE e CPSJ, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em Regime de Urgência.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei 12/83, por 5 (cinco) sessões, para ouvir o Diretor do Departamento de Previdência do IPE. — Aprovado. Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei 12/83, por cinco (05) sessões.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 41/83, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, com sede e foro na cidade de Campo Largo. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/83, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública a CASA DO BOM MENINO DE ARAPONGAS, com sede e foro no referido município. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Zago, ocorrido no Município de São Jorge do Ivaí. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Externa, composta por três Srs. Deputados, para representar a Assembléia nos atos comemorativos do 28.^o aniversário do Município de Umuarama. —Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Ministro das Minas e Energia, visando a implantação de um Distrito do DNPM no Estado do Paraná. — Aprovado.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, o requerimento votado ainda há pouco e aprovado, parece-me que já existe um outro requerimento de igual teor na pauta dos trabalhos. Esse requerimento aprovado é de autoria do Sr. Adhail Sprenger Passos? Só para informar.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) O requerimento aprovado é do Sr. Luiz Alberto Oliveira.

No mesmo sentido, requerimento do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, que está em votação neste momento. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Adhail Sprenger Passos, Sérgio Spada, Caíto Quintana, Orlando Pessuti e Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial Interpartidária de Deputados, composta de cinco (05) membros, para analisar com a Reitoria da Universidade Católica do Paraná e o Diretório Central dos Estudantes, sobre a problemática da cobrança semestral. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, con-

forme dispositivo regimental, quero fazer a indicação dos membros desta Comissão por parte de nossa Liderança. Constituída dos Deputados Adhail Sprenger Passos, Sérgio Spada e Caíto Quintana.

E também quero aproveitar a oportunidade para indicar os membros da Comissão desta Assembléia que vai representar a Casa nos festejos relativos à comemoração do aniversário da Cidade de Umuarama.

Fazemos a indicação dos dois membros pertencentes à Bancada do PMDB, ao ilustre colega Dr. Nelson Vasconcellos, e o Deputado Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa anota e solicita às lideranças do PDS que também faça as indicações.

A Presidência registra, com satisfação, a presença do Presidente da Câmara Municipal de Araucária, o Sr. Pedro Lemos.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo no sentido de serem tomadas providências através do DER, visando a colocação de tubos interligando a Rodovia João Leopoldo Jacomet (PR-415) com os Rios Iraí e Palmital, Distrito de Pinhais; e a instalação de semáforos nas Rodovias PR-415, na divisa dos Municípios de Piraquara e Curitiba; João Leopoldo Jacomet PR-415, entrada de Pinhais; João Leopoldo Jacomet - início na Avenida Maringá - entrada para Vila Emiliano Pernetá; e João Leopoldo Jacomet - PR-415, cruzamento com a Avenida Maria Antonieta Santos, na Vila Maria Antonieta, no Município de Piraquara. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que tome providências visando o revestimento, com cascalho, através da inclusão do Município de Tibagi no PRÓ-SAFRAS, das estradas, municipal OR-003 no trecho Tibagi - a BR-376 (trecho de 35 km); BR-153, no trecho Tibagi - BR-376, 45 km; municipal OR-205, no trecho que liga a BR-153 ao Rio Tibagi; OR-408, no trecho que liga a PR-441 a Morro Chato e OR-409, no trecho Gaias a Campina Alta. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei número 84/83, que concede aumento de trinta e cinco por cento ao funcionalismo estadual. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela inauguração do parque gráfico do matutino "Jornal do Estado", encarecendo ainda dê-se ciência ao Diretor do referido jornal. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro da Indústria e Comércio, Governador do Estado, Presidente do Banco do Brasil, encarecendo a criação de uma linha de crédito especial, visando atender usinas e destilarias do Paraná. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, através da Secretaria das Finanças, encarecendo estudos para instalação de agências ou postos de serviços nos bairros de Vila Nova, Jardim Leonor, Jardim Bandeirantes, Vila Casoni e conjuntos habitacionais da zona norte, e também no Distrito de Tamarana, no Município de Londrina. — **Aprovado.** Ao

Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, através da Secretaria de Educação, visando a liberação de material permanente e de consumo, para a Escola Estadual de Piquirivaí - ensino de primeiro grau, no Distrito de Piquirivaí, Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, das propostas apresentadas pelo Jornal Indústria e Comércio, ao Sr. Governador do Estado, bem como o envio deste expediente à Diretoria do Jornal. — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação do trecho Cianorte - São Lourenço - Araruna, numa extensão aproximada de 35 km, no plano de asfalto do governo/orçamento 1.984. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que o mesmo determine a revogação do Decreto Governamental número 623, de 04/04/68, que tirou o direito do pessoal da Polícia Militar do Estado, contar para todos os efeitos legais, o serviço militar prestado ao Exército Nacional. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministra da Educação e Cultura, Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo a instalação em definitivo da Faculdade de Odontologia do Município de Cascavel. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Segurança Pública e Coordenador Estadual da Defesa Civil, encarecendo a ação da Defesa Civil no Município de Foz do Iguaçu. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do Editorial publicado no matutino "Gazeta do Povo" com o título "Reajuste e 13.º Salário". — **Aprovado** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando a transcrição em Ata, do documento intitulado "Agricultura Paranaense", o qual foi elaborado pela Comissão Permanente da Agropecuária Paranaense e entregue aos Srs. Ministro da Agricultura e da Fazenda. — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de enviar esforços junto ao Ministério dos Transportes - DNER, para imediata regularização do tráfego nas estradas do Vale da Ribeira. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Coordenador da Bancada do PMDB, no Congresso Nacional, no sentido de enviar esforços junto ao Ministério dos Transportes - DNER, para imediata regularização do tráfego nas estradas do Vale da Ribeira. - **Aprovado.**

Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando a anexação das Proposições números 74/82, 32/83, 41/83 e 61/83, à Proposição de número 110/83, em tramitação nesta Casa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Presidente da República, visando a não assinatura de nenhuma medida que vise retirar os direitos adquiridos pelos funcionários das estatais. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação da rodovia que interliga os Municípios de Manoel Ribas e Reserva. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a pavimentação da Rodovia BR-487, no trecho que interliga os Municípios de Ivaí e Manoel Ribas. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de uma ponte sobre o Rio Ivaí, na altura da estrada que interliga os Municípios de Cândido de Abreu e Ivaiporã, via Distrito de Ariranha. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, pleiteando a criação do Programa de Apoio ao Agricultor - PROA. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Prefeitos de Londrina, Ibiporã e Jataizinho, pelo lançamento do Pró-Tibagi. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, sugerindo o desencadeamento de campanha de publicidade, através dos mecanismos de comunicação social, visando restabelecer na população paranaense o clima de otimismo que conduza o Estado à tarefa de reconstrução após as calamidades das chuvas. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a abertura de uma auto-estrada, com cascalhamento, interligando os Municípios de Cândido de Abreu e Grandes Rios. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o cascalhamento da estrada Cândido de Abreu a Ivaiporã, via Distrito de Ariranha. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Feança, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a inauguração no País, da participação de fato de uma Assembléia Legislativa do Estado, na confecção da peça orçamentária que deverá ser o grande referencial econômico para o Estado, em 1984. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja

oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação da rodovia que interliga os Municípios de Grandes Rios e Jardim Alegre. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, objetivando a agilização da verba destinada para construção da rodovia asfáltica que liga os Municípios de Medianeira, Missal, Santa Helena e Mal. Cândido Rondon. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, consubstanciado em apelo, no sentido de ser incluída na próxima alteração da Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado, a elevação na condição de sede de Comarca, do Município de Guaratuba. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja providenciada a instalação de quatro módulos policiais, no Distrito de Pinhais, nas proximidades do Grupo Escolar Antônio Andrade (Vila Maria Antonieta), do Grupo Escolar Mathias Jacomet (Bairro Vargem Grande), Ginásio Estadual Arnaldo Busato e ponto final do ônibus de Pinhais, junto ao Rio Iraí, Município de Piraquara. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo estudos para abertura de linha de crédito especial pelo BANESTADO, visando a compra de máquinas rodoviárias pelas Prefeituras, com juros menores aos praticados em bancos comerciais. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, pleiteando o fornecimento pela Biblioteca Pública, de estágios para servidores municipais ligados à área, e auxílio técnico para a preparação de acervos no Município de Tibagi. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes e o DNER visando reparos na sinalização das rodovias estaduais e federais do Paraná, conforme pedido da Câmara Municipal de Maringá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Roberto Requião, Paulo Furiatti e Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo informações sobre a Usina Central do Paraná, junto ao BANESTADO. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Banco do Brasil e BANESTADO, encarecendo a criação de uma linha de crédito especial para as usinas de açúcar e destilarias de álcool, atendendo o apelo da ALCOPAR. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela fundação do "Jornal do Estado", bem como dê-se ciência ao seu Diretor. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio

de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudos para pavimentação asfáltica, do acesso do Município de Mamborê à BR-369 no trevo natural. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, através da Secretaria das Finanças, no sentido de que o Posto Avançado de Serviço daquela instituição financeira, no Município de Moreira Salles, seja transformado em agência. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora Presidente da FUNDEPAR, através da Secretaria da Educação, e carecendo o fornecimento de material escolar e didático para serem doados aos alunos frequentadores do MOBRAL, do Município de Peabiru. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, visando a implantação de uma agência daquela instituição financeira no Município de Roncador. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de incluir entre as estradas conservadas pelo DER, as rodovias municipais EP-107 e EP-405, que ligam Campina da Lagoa a Altamira e Campina da Lagoa a Braganey. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Coordenador da Bancada do PMDB no Congresso Nacional, no sentido de apresentar projeto de lei revogando os artigos terceiro e quarto, da Lei Federal número 6994, de 26/05/82. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo estudos para implantação do ensino de segundo grau no Distrito de Piquirivaí, Município de Campo Mourão, a partir de 1984. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a liberação de verbas para suprir parte do pagamento a professores que lecionam em escolas estaduais, às expensas do Município de Peabiru. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo o envio de quarenta bolsas de estudo, destinadas a alunos do Colégio do Município de Iretama. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente à Sra. Secretária da Educação, visando a construção de um Grupo Escolar no Bairro Vila Nova, no Município de Fênix. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Coordenador do MOBRAL, encarecendo liberação de verba para manutenção daquele movimento, no Município de Peabiru. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, pleiteando a aquisição de uma viatura policial para a Delegacia de Polícia no Município de Boa Esperança. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento do trecho que liga a BR-369 à BR-487, via Mamborê-Madeira Klabin, até o Município de Iretama. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo liberação de cem canais telefônicos para o Município de Mamborê, bem como dois troncos com dez aparelhos cada, para o Setor Rural daquele Município. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Coordenadores das Bancadas do PMDB e PDS no Congresso Nacional, no sentido de adotarem medidas adequadas, visando sustar aplicação dos artigos terceiro e quarto, da Lei Federal número 6694, de 26/05/82. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da República, encarecendo abertura de negociações com o Comando Nacional de Paralisação dos funcionários públicos federais, com cópia para a Associação dos Funcionários Públicos Federais do Paraná. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei 22/83, de sua autoria. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 214.º aniversário do Município da Lapa, ocorrido no dia 13 do corrente. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, visando a reconstrução da ponte sobre o Rio São Francisco, na divisa entre Vera Cruz do Oeste e Toledo. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine junto ao Sr. Superintendente da SURHEMA e ao Sr. Superintendente da SANEPAR, providências no sentido de ser feita uma dragagem no Rio Ribeirão Caviúna, no Município de Apucarana. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo uma ligação asfáltica (Rodovia do Milho) entre os Municípios de Apucarana, Rio Bom e Borrazópolis. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de um contorno asfáltico (contorno norte), no Município de Apucarana. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia

Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando um auxílio para a instalação e construção do novo projeto da Estação Rodoviária no Município de Apucarana. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e do Comércio, encarecendo uma ajuda para a devida liberação e fixação do parque industrial no Município de Apucarana. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo agilização no Projeto "Juruba", do Município de Apucarana. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine à TELEPAR, normalização dos serviços telefônicos no Distrito de Ibema, e na sede do Município de Catanduvas. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, encarecendo agilização para celebração de convenio entre a Universidade Federal do Paraná e o INAMPS, visando dar atendimento e continuidade aos trabalhos da Unidade de Transplante de Medula Óssea do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências na construção de ponte sobre o Rio Ribeirão Grande, na localidade de Princesa do Ribeirão, no Município de Ponta Grossa, a qual situa-se no Projeto de Estrada Estadual, ligando Passo do Pupo a Abapã - Rodovia do Cerne - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, através da Secretaria das Finanças, visando a instalação de uma agência daquela instituição financeira no Município de Indaiópolis. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de uma ciclovia, compreendendo o trecho Fugivara S/A até a Ind. CIANE (Antiga Matarazzo), no Município de Apucarana. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudos no sentido de se firmar convênio para a duplicação ou alargamento do viaduto localizado na Avenida Minas Gerais, no Município de Apucarana, bem como melhoramentos na pista (rodoviária), na saída do Município de Arapongas. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Planejamento, encarecendo agilização no plano de saneamento do Município de Apucarana. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo providências para que o asfaltamento da rodovia Ponta Grossa - Irati, via Guaragi, Vali-

nhos e Teixeira Soares, seja incluído no Plano de Obras Rodoviárias do Paraná, para os anos de 1984 e 1985. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, pleiteando a prioridade na pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Itambé ao Município de Marialva. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a adoção de medidas administrativas que equiparem, a exemplo do que já ocorria no passado, os vencimentos dos Promotores com os dos Juizes de Direito. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, pleiteando que uniformize para 40 horas a jornada semanal de trabalho de operários, motoristas, operadores de máquinas e demais funcionários lotados no DER. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Governador do Estado, pleiteando a urgente reestruturação do Escritório Regional da PARANATUR no Município de Foz do Iguaçu. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, encarecendo estudos para construção do acostamento na PR-488, ligando Santa Helena a Vera Cruz do Oeste. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo lançamento do "Jornal do Estado" dando-se ciência deste requerimento ao Sr. Dr. Roberto Barrozo Filho, Diretor Presidente da Editora Jornal do Estado Ltda. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à iniciativa do semanário "Nosso Tempo", do Município de Foz do Iguaçu. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à instalação do parque gráfico e fundação do "Jornal do Estado". - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, em Brasília, encarecendo autorizar a mistura de fubá no trigo para a fabricação de pão. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, no sentido da reconstrução de 100 metros de muro e calçada, na Escola Estadual Monteiro Lobato, Ensino de Primeiro Grau, no Município de Sertãozinho. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o reinício das obras da PR-546, que ligará Itambé a Bom Sucesso. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando reformas nas pontes abaladas pelas chuvas, bem como reparos nas estradas

vicinais do Município de Peabiru. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos anais da Casa do protesto dos Parlamentares do Congresso Nacional, que estavam em vigília pela presença no Brasil da delegação do FMI. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, através da Secretaria das Finanças, encarecendo providências no sentido de ser transformado em Agência o Posto de Serviço daquela instituição financeira, no Distrito de Ibema, Município de Catanduvas. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações a Dom Geraldo Magella Agnelo, Arcebispo de Londrina, pela oficialização do Núcleo Arquidiocesano de Justiça e Paz do Município de Londrina. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Guillin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia Nacional do Químico. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio aos professores da Universidade Federal do Paraná, que se encontram com suas atividades paralisadas. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de envidar esforços para doação de uma ambulância para o Município de Nova Cantu. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo urgência na demolição do prédio onde funciona o Fórum da Comarca de Maringá, em virtude da má construção, acarretando prejuízo para os cofres do Estado, visando ainda gestões para a construção do novo Fórum do Município de Maringá. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampai, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte e à Fundação Teatro Guaíra, visando a promoção de espetáculos teatrais acessíveis ao público. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pérciles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a agilização dos trabalhos de asfaltamento da estrada PR-340, no trecho Tibagi - Castro. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela inauguração do "Jornal do Estado", ocorrido no último dia 17 do corrente mês, bem como a transcrição dos Anais da Casa do artigo "Porque Jornal do Estado". - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — das Proposições n.^{os} 110/82 e 68/83.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.^{os} 41 e 55/83.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei Complementar n.^o 22/83, e de Lei n.^o 84/83.

O Sr. Presidente marca ainda uma Sessão para sexta-feira, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.^o 40/83 e dos Projetos de Resolução n.^{os} 05 e 60/83.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 22 DE JUNHO DE 1.983

"Na audiência que teve com o Governador José Richa, o diretor-presidente do Jornal Indústria e Comércio, Odone Fortes Martins, levou uma série de sugestões para fortalecer a economia paranaense. Odone esteve acompanhado do diretor comercial deste Jornal, Edison Helm. As sugestões:

Campanha sistemática, de caráter institucional, de preferência aos produtos locais, já que um dos pontos de estrangulamento de nossa estrutura de comercialização está no fato de que nas relações interestaduais de troca, temos posição deficitária quanto ao mercado atacadista e varejista. Há mais entradas que saídas de produtos.

Presença forte na mídia nacional. Esse objetivo poderá ser reforçado com a realização constante de feiras e certames em outros estados e pode contar com a colaboração do empresariado.

Maximizar o possível o esforço de autopropulsão de nossa economia, fixando uma estratégia que se funda na ampliação do nosso grau de autonomia. É fundamental o esforço para que o processamento de matérias-primas chegue aqui às suas etapas finais, etapas finais, ajustando-se o nosso anseio à perspectiva de escala dos investidores. Outra questão é a de defender os níveis de polarização em pontos de fronteira com São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Reverter situações em que a polarização urbana, cultural e econômica se dá em núcleo do Estado vizinho, gerando dependências. Lutar para manter o quanto possível, as situações em que o Paraná é beneficiário.

Em relação à iniciativa privada, que o Governo a instigue a organizar-se para disputar mercados com agressividade, dominando a sistemática das operações de "joint-ventures", trading no duplo esforço de futar num front pela substituição de importações e na conquista de espaços no mercado externo".

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 22 DE JUNHO DE 1983.

"PORQUE JORNAL DO ESTADO

Nasce um jornal

Mas não é apenas um conjunto final de papel-e-tinta a serviço de um ou outro grupo político, econômico, esportivo, social ou religioso. Não é um veículo dirigido a determinado segmento da sociedade. Trata-se de um jornal que veio para falar com a comunidade em sentido amplo e universal, disposto mesmo a romper certas barreiras que impedem a livre e autêntica manifestação do pensamento.

Acreditamos que existe espaço para o JORNAL DO ESTADO.

Não quer ele ser puramente informativo, nem conservador nem radical. Não pretende servir a determinado partido político, nem a grupos econômicos, mas fazer política ampla e honesta, dizendo a verdade; defender a estrutura econômica do Estado, sem visar o protecionismo privilegiado.

Na fase difícil que a Nação atravessa, esta iniciativa é uma prova de idealismo, de otimismo e, acima de tudo, demonstração de fé nas forças da nacionalidade, capazes de suplantar o quadro de desespero e de angústia que as negras perspectivas financeiras traçam no nosso horizonte.

Um jornal que dizendo a verdade, doa a quem doer, traz, com a notícia, a sua opinião, posicionando-se sempre ante os atos e os fatos que digam respeito à coletividade.

Imprensa aberta ao povo é solidária ao sofrimento dos humildes, alertadora dos desequilíbrios sociais, estimuladora do desenvolvimento econômico, divulgadora dos nossos recursos e das nossas belezas naturais, corajosa na condenação das injustiças, da impunidade, do favoritismo.

Programas de crença nos nossos destinos, de fé nos nossos valores humanos, traz nas suas colunas, o compromisso de honra de não trair os supremos interesses do Paraná e as aspirações legítimas de seu povo.

Fazer jornal é exercer a democracia cotidianamente."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NILSO SQUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 22 DE JUNHO DE 1983.

DE CAM.DEP. BSB 14/06/83 TLX" NR 2406/2428.NUNES LÍDER: DEPUTADO NILSO ROMEU SQUAREZI ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ CURITIBA/PR

EM PROTESTO PELA PRESENÇA DA DELEGAÇÃO DO FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL FMI, PARLAMENTARES CONSIDERAM-SE EM VIGILIA A PARTIR DAS 11 HORAS.

AO DENUNCIAR A AMEAÇA A SOBERANIA NACIONAL LERAM O SEGUINTE MANIFESTO A NAÇÃO:

"REPRESENTANTES DO FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL CHEGAM A BRASÍLIA PARA, MAIS UMA VEZ, IMPOR CONDIÇÕES E DETERMINAR PADRÕES A NOSSA POLÍTICA ECONÔMICA FINANCEIRA.

AO SUBMETTER-SE AS IMPOSIÇÕES DO FMI O GOVERNO BRASILEIRO COMPROMETE A NOSSA SOBERANIA, ENTREGANDO A ESTRANGEIROS AS DECISÕES SOBRE ASSUNTOS EMINENTEMENTE NACIONAIS.

PARA EFETUAR AS NEGOCIAÇÕES COM O FMI O GOVERNO DA REPÚBLICA NÃO OUVIU O CONGRESSO NACIONAL E O POVO TRABALHADOR, APESAR DOS REITERADOS PROTESTOS NO PARLAMENTO E EM TODA SOCIEDADE.

DESTA VEZ, OS ARROGANTES EMISSÁRIOS DO FMI EXIGEM MAIS ARROCHO SALARIAL QUE AS AUTORIDADES DA ÁREA ECONÔMICA FINANCEIRA DO GOVERNO TRADUZEM COMO DESINDEXAÇÃO DOS SALÁRIOS E EXPURGO DO INPC.

A POLÍTICA RECESSIVA IMPOSTA PELO FMI E DOCILMENTE IMPLEMENTADA PELO GOVERNO ESTÁ LEVANDO AO SUCATAMENTO DO PARQUE INDUSTRIAL DO PAÍS.

NÃO PODEMOS PERMITIR QUE SEJA COMETIDO MAIS ESTE CRIME DE LESA PÁTRIA QUE ESBULHA A NACIONALIDADE A PREÇO DE FOME, DO DESEMPREGO, DA MISÉRIA E CONSEQUENTE DESAGREGAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA. A DIGNIDADE NACIONAL EXIGE QUE TOMEMOS POSIÇÃO EM DEFESA DO BRASIL E DO POVO. PORTANTO, PROPOMOS O IMEDIATO ROMPIMENTO COM O FMI, A DECLARAÇÃO DA MORATORIA DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E A CONSEQUENTE REFORMULAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO. O CAOS QUE ESTAMOS VIVENDO E O REFLEXO DO AUTORITARISMO IMPOSTO AO PAÍS, QUE RECLAMA O PLENO RESTABELECIMENTO DO REGIME DEMOCRÁTICO. BRASÍLIA, 14 DE JUNHO DE 1983".

SOLICITAMOS AOS COMPANHEIROS LÍDERES DOS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO REPERCUTAM NAS RESPECTIVAS ASSEMBLEIAS A NOSSA DENÚNCIA. DEPUTADO EUCLIDES SCALCO P/PARLAMENTARES EM VIGILIA.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NILSO SQUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 22 DE JUNHO DE 1983.

"REAJUSRE E 13º SALÁRIO

Foi vencida a síndrome do medo em agravar uma transitória situação financeira do "caixa" do Governo. A concessão de 35 por cento de reajuste salarial a partir de julho, o compromisso da administração em conceder o 13º Salário, ainda este ano, assim como a reposição dos 93 por cento nos quatro anos do atual período, sobre distender um ponto de dolorosas fricções entre a classe do funcionalismo e o Executivo estadual, constituem, ao nosso ver, um gesto de confiança nas possibilidades paranaenses.

Temos entendido que a majoração do salário, antes que um agravamento ao Tesouro Público significa multiplicadas ondas que movimentam o mercado consumidor, gerando desdobradamente, efeitos na arrecadação do ICM. Poder-se-ia chegar à afirmativa, sem temor de erro, de que os 35 por cento despendidos a mais para os funcionários, na atividade e inativos, voltarão ao "caixa" coletivo, ativando a economia em face de maior consumo e imprimindo um novo passo de aceleração no giro dos negócios, com óbvios reflexos na elevação daquele que é o principal tributo arrecadado estadualmente.

Ao lado desse aspecto econômico-financeiro — adjetivo ao nosso ver — há o de justiça a uma classe, pela qual nos temos batido sempre, considerando que a função pública não tem tido uma dignificação imprescindível, através de um pagamento justo aos que prestam o concurso de seu trabalho ao Estado. Este é, certamente, o ponto substantivo do problema, que se sobreleva a quaisquer outros, com a perspectiva de que, ao longo do quadriênio, haverá a reposição de 93 por cento que os funcionários vinham perdendo, ano após ano, quando se realizava o reajustamento. Quanto ao tema do 13º salário, não se compreende que o Estado, como ser jurídico majoritário que é nas empresas da administração indireta, conceda — em função do regime de CLT, esse benefício aos que servem nas estatais paranaenses, mas negue e recuse-se a tratar, igualmente, aqueles que, concursados e sob regime estatutário, trabalham nas repartições públicas integrando a máquina do Estado. O compromisso, ao final do ano, em conceder o 13º salário, embora atrasadamente, significa que se está buscando um tratamento isonômico, com o menor índice de tratamento diferencial entre quantos, quer na administração direta quanto indireta, fazem o imenso trabalho de servir ao público.

Existe uma outra nuance que se pode buscar em relação ao episódio. Conquanto de natureza subjetiva, vale ser focalizado. Diz-se que há um déficit ainda, de 68 bilhões de cruzeiros. O reajuste significará, que vai elevar-se a 100 bilhões de cruzeiros. Essa realidade bastaria, por si só, a necessidade de pensar e repensar uma decisão que envolve milhares de funcionários e suas respectivas famílias, que agora atendidas por esse reajustamento salarial. Vencida a barreira do medo em desequilibrar, ainda mais, o Tesouro Estadual, houve a convicção de que se poderia acreditar na própria administração, dentro da certeza de que, em pouco, se alcançará uma diminuição do diferencial atualmente existente. Acreditamos, assim, que antes de uma posição de coragem houve, principalmente, uma atitude de crença do governo em si, nos seus métodos, na compressão de determinadas despesas supérfluas, na convicção de que os métodos de combate à sonegação irão apresentar resultados, entusiasmando-se — o que é extremamente importante a nível psicológico — o servidor à exação correta de seus deveres, ajudando melhor o Estado. Se o funcionário estava desestimulado e se, por exemplo, não conseguiu obter

um reajuste de 55 por cento como desejavam os líderes classistas. É certo de que os 35 por cento, a promessa do 13.º e o compromisso de reposição salarial de 93 por cento ao longo do quadriênio se constituem em decisões que devem ter uma resposta por parte dos "barnabés", conscientes de que o Paraná atravessa, hoje, uma situação difícil e que merece o melhor esforço de todos nós visando a sua recuperação."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 22 DE JUNHO DE 1983.

"AGRICULTURA PARANAENSE"

O ano de 1983, vem constituindo-se num dos mais chuvosos dos últimos tempos, com chuvas quase que contínuas. Nos cinco primeiros meses de 1983, houve chuvas em praticamente 50 por cento dos dias, tendo este percentual variado de acordo com as diversas regiões do Estado, conforme Tabela I.

O volume de chuvas para o período foi significativamente superior àquele considerado normal, como é o caso de Francisco Beltrão, com cerca de 800 milímetros, Pato Branco, Cascavel e Guarapuava, com 700 milímetros que foram as regiões mais intensamente atingidas.

Estas precipitações elevadas estão repercutindo negativamente na Agropecuária Paranaense, haja visto que o andamento normal das práticas agrícolas, foi prejudicado, bem como a colheita das culturas de verão e do café.

A situação, por outro lado, agravou-se pelo impedimento do transporte de animais vivos, leite e cereais da propriedade ao primeiro posto de comercialização.

A força do trabalho rural volante (bóia-fria), igualmente vem encontrando dificuldades de sobrevivência, dado que no período considerado não auferiu rendimentos de qualquer espécie.

Houve quedas de diversas pontes, entupimentos de bueiros, queda de barreiras, etc., que estão tornando praticamente intransitáveis a maioria das estradas municipais e parte das rodovias intermunicipais, as quais necessitam de recuperação imediata, conforme a Tabela II.

Diante do quadro crítico com que se depara a agricultura do Estado, propomos a implementação das medidas que se seguem em caráter de urgência:

I – AGRICULTOR COM FINANCIAMENTO BANCÁRIO

1. Sustar de imediato o vencimento das dívidas de custeio e investimento (produtores e cooperativas) prorrogando-se em prazos compatíveis com o estudo de caso a caso (mínimo três anos), além de congelar os juros incidentes sobre os referidos financiamentos, na época da prorrogação, alterando para tanto o item B da carta circular 776 de 25.05.83, do BACEN.
2. Cobertura integral do PROAGRO (100 por cento) nas culturas atingidas pelas intempéries na safra de verão 82/83.
3. Que seja estendido ao Paraná, para a safra de verão, benefício similar ao concedido para o Nordeste nas áreas atingidas pelas secas (Resolução 827), ou seja, a manutenção dos encargos do crédito rural nos níveis que vigoravam antes das últimas deliberações do CMN.
4. Permitir que as operações de Crédito de Custeio para as culturas de inverno contratadas após 10 de junho, sejam realizadas à mesma taxa de juros vigente anteriormente à Resolução 827 do BACEN. Caso esta providência não seja tomada, estará se praticando uma discriminação injusta, penalizando os agricultores com taxa diferenciada para a mesma cultura no mesmo exercício agrícola.

II – PEQUENOS AGRICULTORES NÃO BENEFICIÁRIOS DO CRÉDITO RURAL

1. Viabilização de ajuda financeira dos recursos auferidos pelo Decreto-Lei 2030, à Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, vinculada à Secretaria da Agricultura, visando a distribuição de sementes e fertilizantes aos mini e pequenos produtores severamente atingidos pelas chuvas e sem condições de compra com recursos próprios.
2. Concessão de recursos financeiros aos agricultores com perdas totais que não tiveram acesso ao crédito, mas, que hoje, não têm as mínimas condições sequer para manutenção familiar.

III – OUTROS CASOS

1. Retenção por parte da C.F.P. do milho produzido no Estado e armazenado sob a forma de AGF, objetivando garantir a atividade criatória (Avícola, suínica e leiteira), viabilizando sua distribuição através de Cooperativas e/ou Associações de Criadores.
2. Viabilização da Carta Circular 761 do Banco Central de 26/01/83, como forma de possibilitar as Cooperativas maior suporte aos Produtores, mudando a redação dos itens (H) e (J)

das condições a serem satisfeitas para assistência financeira às cooperativas, a fim de que as mesmas possam contratar imediatamente as operações.

AS SUGESTÕES PROPOSTAS SÃO AS SEGUINTE:

LETRA "H" – Que os Bancos possam liberar os financiamentos como antecipação de receitas futuras, mediante garantia hipotecária ou aval.

LETRA "J" – Que as perdas das Cooperativas sejam rateadas junto ao quadro social, porém registradas no ativo circulante, como direito realizável, devendo a sua realização ocorrer quando da apuração de sobras nos exercícios subseqüentes.

AINDA COMO FUNDAMENTAL A VIABILIZAÇÃO DO PROGRAMA, AS COOPERATIVAS PROPÕEM:

- a. A necessária inclusão do Banco do Brasil S/A como maior agente financeiro voltado à agricultura, hoje participante do grupo de trabalho, porém dispensado e não atuante nesta linha de crédito. Sem a efetiva participação do Banco do Brasil S/A, entendem as Cooperativas que a operacionalização da 761 se frustrará por falta de total sensibilidade dos agentes financeiros comerciais e mesmo oficiais, face o prazo vigente para a satisfação dessa exigibilidade prorrogado até 03 de setembro.
- b. A perenização da 761 como forma compensatória das limitações impostas às cooperativas como a carta circular número 666, de 28/12/81, restritiva ao financiamento da integralização de quotas partes do quadro associativo, até então forte instrumento à capitalização das cooperativas, mediante cumprimento trimestral desta exigibilidade pelos agentes financeiros perante o BACEN.
- c. Que os juros da 761 sejam mantidos ao nível de 60 por cento, viabilizando uma rápida recuperação do passivo das Cooperativas, que em sua maioria congregam um quadro associativo de pequenos e médios produtores, tão duramente atingidos pela violência das chuvas e enchentes com perdas muitos, de várias safras e, finalmente, por um processo de descapitalização da agricultura, que se fará sentir de forma imprevisível nas futuras safras.
3. Alocação imediata de recursos, com taxas de juros subsidiadas, para restauração dos solos agrícolas, profundamente erodidos pelas pesadas e excessivas chuvas.
4. Tendo-se em vista o início do plantio de feijão das águas a partir de 1.º de julho, solicitamos a urgente fixação do VBC, e preço mínimo da referida cultura.

A imediata determinação no atendimento dos itens aqui relacionados é fundamental para o restabelecimento da economia agropecuária paranaense. Caso contrário, tememos pelas conseqüências danosas que sofrerá a população brasileira, com a conseqüente falta de alimentos que certamente ocorrerá pela total incapacidade de recuperação da nossa Economia Agrícola.

- . SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA.
- . ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO PARANÁ.
- . COMISSÃO DE AGRICULTURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO PARANÁ.
 FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO PARANÁ.
 ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE PRODUTORES DE SEMENTES.
 ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO PARANÁ.
 SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA VETERINÁRIA.

TABELA I – QUADRO DE PRECIPITAÇÕES NO ESTADO DO PARANÁ

	PRECIPITAÇÃO – JAN - MAI – 83 mm				PRECIPITAÇÃO - MAIO – 83 mm			PRECIPITAÇÃO JUN	
	I NORMAL (1)	II OCORRIDA(2)	II - I	DIAS DE CHUVAS	III NORMAL (1)	IV OCORRIDA	III - IV	NORMAL NO MÊS (1)	ATÉ 13/06 (2)
NÚCLEO REGIONAL									
Francisco Beltrão	750 a 925	1.585	835 a 660	59	100 a 125	609	509 a 484	200	149,7
Pato Branco	750 a 950	1.514	764 a 564	59	100 a 125	565	465 a 440	200	128,8
Cascavel	675 a 875	1.419	744 a 544	60	100 a 125	486	386 a 361	200	112,5
Guarapuava	725 a 850	1.419	694 a 569	86	100 a 125	482	382 a 357	150	146,5
Ivaiporã	650 a 750	1.418	768 a 668	59	100 a 125	432	332 a 307	150	176,0
Campo Mourão	625 a 750	1.189	564 a 439	68	100 a 125	311	211 a 186	150	115,1
União da Vitória	650 a 750	1.177	527 a 427	70	100 a 125	432	322 a 307	150	99,2
Paranaguá	1.100 a 1.200	1.126	26 a (74)	111	até 125	341	216	100	99
Cornélio Procopio	575 a 700	1.114	539 a 414	63	50 a 75	334	284 a 259	75	225,0
Umuarama	625 a 725	1.093	468 a 368	57	100 a 125	363	263 a 238	125	97,2
Maringá	675 a 800	1.081	406 a 281	64	100 a 125	240	120 a 115	125	218,3
Ponta Grossa	600 a 700	1.070	470 a 370	74	75 a 100	396	321 a 296	125	145,6
Curitiba	550 a 725	1.018	468 a 293	84	75 a 100	394	319 a 294	125	108,2
Paranavaí	625 a 700	998	373 a 298	62	100 a 125	217	117 a 97	125	183,0
Londrina	675 a 750	959	284 a 209	76	75 a 100	321	246 a 221	100	207,8
Jacarezinho	650 a 800	733	83 a (67)	59	50 a 75	247	197 a 172	75	199

Fonte: (1) Cartas Climáticas do IAPAR - 1978
(2) Estações Agrometeorológicas do Paraná

TABELA II – SINOPSE DOS DANOS CAUSADOS PELAS CHUVAS NO ESTADO DO PARANÁ

1.	Municípios atingidos	190
2.	Mortos	17
3.	Feridos	28
4.	Desabrigados	25.000
5.	Casas destruídas	181
6.	Casas danificadas	2.663
7.	Interrupções no abastecimento de água (já recuperado)	31
8.	Danos na Agricultura	
	– Café	275.000 sc Cr\$ 9,0 bilhões
	– Feijão da seca	22.000 t Cr\$ 3,3 bilhões
	– Soja	160.000 t Cr\$ 12,5 bilhões
	– Girassol	17.000 t Cr\$ 1,1 bilhões
	– Milho	350.000 t Cr\$ 15,0 bilhões
	– Batata da seca	34.000 t Cr\$ 4,0 bilhões
	– Algodão	154.000 t Cr\$ 23,0 bilhões
	– Feijão das águas	238.000 t Cr\$ 21,0 bilhões
	– Batata das águas	110.000 t Cr\$ 5,0 bilhões
	– Arroz	17.000 t Cr\$ 1,3 bilhão.
	T O T A L	1.119.000 t Cr\$ 97,7 bilhões.

9. Danos na malha viária dos Municípios

NATUREZA	QUANTIDADE	METROS
– Pontes de concreto	47	496
– Pontes mistas	557	7.113
– Pontes de madeira	1.263	11.690
– Bueiros	—	30.581
– Galerias	18	180
– Estradas	—	4.951.222
CUSTOS DE RECUPERAÇÃO		Cr\$ 6.032.222.265,00

OBSERVAÇÃO: Com o cessar das chuvas estão sendo procedidas novas avaliações e os primeiros indicativos são de que os custos podem chegar a 20 bilhões.

10. Danos em rodovias estaduais e federais delegadas:

Quedas de barreiras, recalque nos acostamentos, destruição e danos na pista	Cr\$ 1.572.500.000,00
Trechos em execução	Cr\$ 780.000.000,00
S O M A	Cr\$ 2.353.500.000,00

11. Recursos empregados pelo Estado em alimentação, medicamentos e agasalhos Cr\$ 40 bilhões.

OBSERVAÇÃO: Não estão computados auxílios em alimentos e agasalhos fornecidos pela PRO-VOPAR, PROMOPAR, PREFEITURAS, e Campanhas realizadas na comunidade.

Fonte: Coordenação Estadual da Defesa Civil - CEDEC/PR